

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

JAQUELINE LIMA

**O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PORTO ALEGRE

2018

JAQUELINE LIMA

**O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para aprovação no curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Professora Doutora Tatiana Reidel

PORTO ALEGRE 2018

CIP - Catalogação na Publicação

LIMA, Jaqueline. O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ Jaqueline Lima. 2018. 103 f.

Orientadora: Tatiana Reidel.

Coorientadoras: Miriam Thaís Guterres Dias, Rosana Maria de Lima.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo (a) autor(a).

JAQUELINE LIMA

**O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para aprovação no curso de Serviço Social pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS).

Orientadora: Professora Doutora Tatiana
Reidel.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Tatiana Reidel
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Drª Miriam Thaís Guterres Dias
1ª Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Mestre Rosana Maria de Lima
2ª Examinadora
Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Dedico esse trabalho à todas as Assistentes Sociais que, além de profissionais, são militantes na luta por políticas sociais públicas, garantidas pelo Estado e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Eu não teria chegado até aqui sozinha. Agradeço à minha família. Mãe (Raquel), Pai (Jorge) e Irmã (Patrícia - junto com meus pacotinhos Rafaela e Henrique). Obrigada por desde sempre estarem do meu lado e por acatar as minhas ideias (mirabolantes) como sendo suas. Eu não tenho palavras para descrever o tamanho do amor e da gratidão que sinto. Vocês são meu sol em meio à tempestade. Amor maior eu desconheço!

Agradeço aos meus amigos de Parobé. Os primeiros a se fazerem presentes na minha vida, na minha caminhada. Meus compadres (todas e todos) amados que me presentearam com crianças incríveis. Meus professores das escolas públicas por onde passei (lembrando que agradeço até mesmo àqueles que desacreditaram que eu entraria em uma Universidade Federal, vocês também foram fundamentais para minha educação).

Agradeço às primeiras pessoas que me acolheram na Universidade e em Porto Alegre, professora Nair merece um olhar especial. Agradeço ao grupo PETPPJ, por não me deixar desistir de tudo em tempos difíceis e por estender a mão todas as vezes que precisei das formas mais diversas possíveis. Ao professor Rafa, obrigada por deixar sermos quem realmente somos. Obrigada por valorizar o brilho de cada um. Tu és uma pessoa especial.

Agradeço às amigas que fiz aqui e que construíram comigo boas histórias. Ro (sana), tu é meu ponto de equilíbrio, é bom saber que temos uma a outra, somos uma dupla! Taci (ana) tu é a minha própria versão, a mais bonita, da sinceridade e do afeto. Ellen, tu sempre estive ali quando os dias estavam nublados, sou grata. Deise, é fundamental para mim saber que tu e as crianças (Ana e Gustavo) estão bem, o carinho de vocês me deixa bem. Daia (na) tua presença foi crucial para as risadas e os choros do cotidiano, tu e a Helena são maravilhosas. Agradeço de forma interestadual, Fê e Tica, vocês e a Bahêa se tornaram indispensáveis, minha maior lamentação é estarmos tão longe.

Ao pessoal do Hospital de Clínicas (HCPA) o meu muito obrigada pela confiança, foi meu primeiro contato com o mundo profissional, vocês acreditaram em mim mais do que eu mesma. Assistentes sociais incríveis, que tive a sorte de conhecer: Lani, Xênia, Tuane, Taciana e Rosana - minha supervisora. Um beijo e um

abraço especial para minha “mamãe” Carol (ine), Irene, Robertinho, Moisés, Everton e demais do “time”, obrigada!

Agradeço à FASC, à equipe da Proteção Social Especial, à Assistente Social Maria Fernanda (Fê). Essa mulher não sabe o “efeito calmaria” que traz para os nossos dias corridos e desesperados. Um amor e uma admiração que convém sentir. Um abraço apertado na Helena, na Franciele, no Mateus, na Renatha e na Márcia. Obrigada por se preocuparem comigo, me ouvirem e se disponibilizarem. Vocês são uns doces!

Agradeço às colegas que percorreram comigo esse árduo e maravilhoso caminho rumo a se tornar assistentes sociais. Em especial às minhas amadas. Poli (ana), a primeira a entrar na minha vida, tua luz é cativante. Bruna, minha companheira de casa, de vida, obrigada por me dar o direito e a liberdade de estarmos mais próximas uma da outra todos os dias. Valquíria, o melhor dos presentes ainda vamos compartilhar pelo resto de nossas vidas, não tem honra maior do que ser dinda do bebê que tu está gerando. Raí (ssa), nossa batida toca no mesmo ritmo, desde sempre. Liz (andra), tens me ensinado muitas coisas, entre elas o significado da luta. Eu amo muito vocês todas!

Agradeço às professoras do curso pelo conhecimento e experiência compartilhado. Vocês são profissionais incríveis! Tenho segurança de onde espelhar as minhas intervenções profissionais. Aqui, cabe um agradecimento mais que especial à minha orientadora de TCC. Minha Tati. Somos tão parecidas, os caminhos não se cruzam por acaso. Tua intensidade de lidar com tudo cativa as pessoas. Tua parceria foi fundamental para construção do meu trabalho. Obrigada por estar aqui, por todas as mensagens trocadas, por todas as palavras de carinho, por toda a força, por toda dedicação a mim, a minha vida. E também à profe Miriam por desde sempre ter estado tão próxima.

Por fim, aos que de alguma forma cruzaram o meu caminho e contribuíram para que eu estivesse exatamente onde estou. Obrigada pelos momentos que se tornaram mais leves, ou pelo simples fato de estarem ali. Amigas e amigos, primas, tios e tias, atendentes de bares, trabalhadoras (es) da Universidade e das instituições que passei. Obrigada!

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras, mas o que importa é transformá-lo.” (MARX, 2009, p. 122).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo investigar o trabalho das assistentes sociais na gestão da política de assistência social, a fim de compreender os desafios e possibilidades para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa exploratória, tendo como base o método dialético-crítico. O banco de dados se constituiu por meio dos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadoras (es) em Serviço Social (ENPESS), ocorridos em 2016. Na primeira etapa, quinhentos e vinte e oito (528) artigos foram selecionados e constituiu-se como amostra final oitenta e cinco (85). Dos achados, destaca-se que quarenta e seis (46) artigos referiam-se à categoria trabalho, vinte e cinco (25) à categoria assistência social e quatorze (14) a categoria gestão. Para análise das informações foi empregada a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Os resultados informam as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, na gestão do trabalho e as consequências para o cotidiano das assistentes sociais inseridas na divisão sócio e técnica do trabalho coletivo, em instituições Estatais e privadas, principalmente no âmbito Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Destacam-se entre os achados da pesquisa, três concepções de gestão, entre elas a gestão gerencialista, social e democrática. A última pode ser entendida como a que mais se aproxima da direção ética e política anunciada pelo atual projeto profissional da categoria, em especial no que se refere a defesa da cidadania, qualidade dos serviços prestados, universalização do acesso e a responsabilidade do Estado na efetivação das Políticas sociais, além do investimento em processos participativos entre outros. Sinaliza-se, com este estudo, alguns desafios a serem superados, dentre eles a precarização no âmbito da política de assistência social, que se constitui como um dos maiores entraves para materialização do projeto ético-político. Enquanto possibilidade de enfrentamento a esta questão, acredita-se na educação permanente e na articulação coletiva da categoria, enquanto instrumentos para ampliação do conhecimento das assistentes sociais, que constituem espaços de gestão acerca dos pilares que balizam a profissão e que constituem o projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: Trabalho das Assistentes Sociais. Gestão. Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de gestão do SUAS	66
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CIB – Comissão Intergestora Bipartite
CIT – Comissão Intergestora Tripartite
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
ENPESS – Encontro Brasileiro de Pesquisadoras (es) de Serviço Social
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PEP – Projeto Ético-Político
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
POA - Porto Alegre
PPA – Plano Plurianual
PSB - Proteção Social Básica
PSE - Proteção Social Especial
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
SUAS - Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos ENPESS.....	14
Quadro 2 - Artigos CBAS	14

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DESCORTINANDO A CATEGORIA TRABALHO: DAS ORIGENS E MUDANÇAS AO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL	19
2.1 O trabalho: aproximações da perspectiva marxista	19
2.2 Transformações societárias e as modificações na gestão do trabalho	25
2.2.1 <i>Taylorismo</i>	26
2.2.2 <i>Fordismo</i>	27
2.2.3 <i>Toyotismo</i>	29
2.2.4 <i>A reestruturação produtiva e seus impactos</i>	31
2.3 A superação do fazer profissional: a prática como trabalho e a inserção das assistentes sociais em processos de trabalho	35
2.3.1 <i>A aproximação do serviço social com a teoria social crítica de Marx</i>	38
2.3.2 <i>O trabalho das assistentes sociais em tempos de flexibilização</i>	40
3 O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS CONCEPÇÕES DE GESTÃO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	46
3.1 Semelhanças e diferenças acerca das concepções de gestão	47
3.1.1 <i>A gestão gerencialista como resultado do reordenamento do Estado</i>	49
3.1.2 <i>Gestão Social</i>	51
3.1.3 <i>Gestão democrática</i>	54
3.2 A gestão do trabalho e o trabalho na gestão	55
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	61
4.1 Breve histórico	62
4.2 A gestão da política de assistência social	65
4.3 A inserção das assistentes sociais na política de assistência social	67
4.4 Vivências na gestão da proteção social especial na Fundação de Assistência Social e Cidadania a partir do Estágio em Serviço Social	71
4.4.1 <i>A precarização do trabalho na Assistência Social como um agravante para a consumação desse direito</i>	72
5 O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO COM VISTAS À GARANTIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO	78
5.1 Delineamentos sobre o projeto ético-político da profissão	79
5.2 Ampliando o olhar sobre a gestão do SUAS: desafios e possibilidades para materialização do PEP	81
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
7 REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

“Para construir é preciso expor a intencionalidade.” (LIMA, 2017, p.17).

Não raro, toma-se conhecimento a respeito do tema de gestão, por meio de diversos bancos bibliográficos. Porém, pouco se sabe a respeito da gestão da Política de Assistência Social, ou ainda, a respeito do trabalho das¹ assistentes sociais que exercem a gestão nesta política.

A partir da experiência de estágio curricular obrigatório de Serviço Social na gestão da Proteção Social Especial (PSE), na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), constatou-se o funcionamento da gestão sob algumas perspectivas hegemônicas ao capital, o que instigou a autora a aprofundar conhecimentos sobre um possível trabalho das assistentes sociais sob o prisma contra-hegemônico, com vistas a garantir o Projeto Ético Político da profissão. Assim como as inquietações frente ao tema se constituíram em possibilidade de analisar o significado crítico da categoria gestão, visando contribuir para a produção teórica sobre o tema.

Nesta perspectiva, desenvolveu-se uma proposta investigativa que culmina com esta produção, orientada pela teoria dialético crítica marxista e que se desenvolve a partir de uma investigação bibliográfica, com o objetivo de compreender os processos referentes ao trabalho das assistentes sociais na gestão da política de assistência social. Compreende-se que a intervenção junto à Política Nacional de Assistência Social – PNAS não se traduz em atribuições privativas do assistente social (Art. 5º, Lei 8663/93), mas se configura em competências da assistente social (Art. 4º, Lei 8663/93), ou seja, é uma das profissionais com formação e que concentra as melhores condições e habilidades para atuar junto a essa Política e fazer a sua gestão.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, será considerado que a “[...] metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do

¹ Neste trabalho optou-se pela utilização de artigos femininos para referenciar as profissionais assistentes sociais como reconhecimento, considerando sermos maioria entre a categoria profissional.

pesquisador.” (MINAYO, 2008, p. 22). Esse fundamento se aplica às pesquisas de um modo geral e no campo da utilização de bibliografias não é diferente. Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que teve abordagem do tipo qualitativa exploratória; a fim de identificar como se evidencia o trabalho das assistentes sociais na gestão da política de assistência social.

As categorias a priori definidas para o processo investigativo foram: Trabalho, Gestão e Assistência Social. O banco de dados, para busca e análise, constituiu-se a partir das produções publicadas nos anais dos últimos dois encontros compreendidos como referência para a categoria profissional, por serem organizados pelas instâncias representativas, sendo eles: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), planejado pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS), coordenado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Além dos bancos de dados escolhidos, foram utilizadas fontes secundárias, como os materiais produzidos durante o período de estágio (relatórios e diários de campo construídos ao longo do processo de estágio curricular I, II e III, na FASC, de 2016/2 até 2017/2) e as referências bibliográficas sugeridas nas disciplinas do Curso de Serviço Social da UFRGS.

A primeira ação referente a busca de dados se deu a partir da escolha das três categorias chaves de análise já citadas (Trabalho; Gestão e Assistência Social). Após, foram selecionados todos os artigos que continham em seus títulos as palavras trabalho, gestão e assistência social. Assim, como primeiro achado da pesquisa, foi elaborada uma tabela contendo as principais informações de todos os artigos selecionados, dentre elas: título, autor, ano e local de publicação.

A segunda análise consistiu na releitura de todos os títulos e uma nova seleção, destacando-se os artigos cujos títulos indicavam a discussão sobre as categorias, sendo que, os de maior compatibilidade com as categorias de análise tiveram seus resumos lidos. E, dentre os resumos lidos, apenas os que se aproximaram com o tema da pesquisa (o trabalho das assistentes sociais inseridas na gestão da política da assistência social, sob o norte do Projeto Ético-Político da profissão) foram analisados.

Quadro 1 - Artigos ENPESS

ENPESS			
CATEGORIAS PESQUISADAS	NÚMERO TOTAL DO EVENTO	LEITURA DE RESUMOS	SELECIONADOS PARA PESQUISA
GESTÃO	23	9	7
TRABALHO	114	42	23
ASSISTÊNCIA SOCIAL	55	24	18
TOTAL	192	75	48

Fonte: Coleta de dados da pesquisa sistematizados pela autora, 2018.

Quadro 2 - Artigos CBAS

CBAS			
CATEGORIAS PESQUISADAS	NÚMERO TOTAL DO EVENTO	LEITURA DE RESUMOS	SELECIONADOS PARA PESQUISA
GESTÃO	40	15	7
TRABALHO	200	27	23
ASSISTÊNCIA SOCIAL	96	15	7
TOTAL	336	57	37

Fonte: Coleta de dados da pesquisa sistematizados pela autora, 2018.

Através dos quadros acima, é possível identificar o número total de artigos encontrados por categoria e por evento e, ainda, quantos deles se aproximaram do objeto de pesquisa e tornaram-se amostra para análise de resumos. Por fim, utilizou-

se o critério de saturação que definiu a leitura de 85 trabalhos e que, conseqüentemente, foram analisados.

Conforme as divisões expressas nos quadros, após a seleção dos materiais bibliográficos foi necessária a realização de leitura do material selecionado. Foram realizadas quatro (4) leituras do material: Primeira - Leitura exploratória, que é aquela que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa, segunda - a leitura seletiva que visa à seleção do material que de fato interessa à pesquisa, terceira - a leitura analítica que possibilita a obtenção de respostas ao problema de pesquisa e; quarta - a leitura interpretativa que vai relacionar o que o autor afirma com o problema da pesquisa (GIL, 2010).

Para a análise dos dados coletados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). Os dados foram ordenados, após classificados, a partir das categorias de análise criadas, codificando-os e agrupando-os nestas categorias. Por fim, foi realizada a análise final, momento em que foram estabelecidas as conexões teóricas já produzidos sobre o tema, com os achados da pesquisa.

Entre as particularidades observadas nos trabalhos estão as especificidades de alguns municípios estudados. Curiosamente todos os trabalhos que tratam de algum tipo de política pública falam sobre a Assistência Social e sobre as condições semelhantes de retrocesso que essa política vem sofrendo a nível nacional. Outro achado importante é o fato de praticamente todos os materiais terem sido produzidos por pessoas inseridas na academia, ou são resultados de trabalhos acadêmicos, porém, trata-se do trabalho em outros espaços sócio-ocupacionais (principalmente em equipamentos da assistência social). Segundo Behring e Boschetti (2008, p. 161) “[...] a assistência social é política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas como: morosidade na sua regulamentação como direito [...]”, pois cada vez mais o Estado vem reduzindo a sua responsabilidade no âmbito da política social.

A dimensão política atribuída ao trabalho das assistentes sociais enquanto mediadoras das classes e do Estado é latente em um espaço de planejamento. Considerando a gestão como um dos meios utilizados nos processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais, frente às relações de poder postas pela disputa dos projetos de sociedade, a assistência social é uma das políticas onde

isso se expressa. De um lado, evidencia-se o avanço neoliberal e de outro a luta pela materialização do projeto de sociedade que o Serviço Social busca.

A precarização do trabalho enquanto agravante para a materialização do Projeto Ético Político da profissão exige mediações permanentes e necessárias em relação a identificação e enfrentamento do que se constitui como objeto de trabalho das assistentes sociais. As demandas institucionais e dos usuários, frente ao desmonte da política, foi um dos achados do presente estudo. Nesta arena o trabalho das assistentes sociais deverá ser explicitado através da luta pela garantia de uma intervenção ético-política, confrontada com as disputas de projetos de sociedade, ao mesmo tempo, em que será o espaço de movimentar e materializar estratégias e alianças no intuito de concretizar os objetivos profissionais propostos.

A organização dos achados e análises da pesquisa será apresentada por meio quatro (4) capítulos. O capítulo intitulado “Descortinando a categoria trabalho: das origens ao fazer profissional” está dividido em três partes, sendo: “O Trabalho: aproximações da perspectiva Marxista”, “Transformações societárias e as modificações na gestão do trabalho”, “A superação do fazer profissional: a prática como trabalho e a inserção das assistentes sociais em processos de trabalho”.

Pesquisar sobre a categoria trabalho evidenciou a centralidade e a importância da mesma, considerando ter sido o maior número de artigos encontrados e analisados. Outra informação relevante é de que todos os artigos que abordam essa categoria são baseados na dialética crítica de Marx. O capítulo, além de buscar apreender sobre o significado da categoria, retratará as mudanças na gestão do trabalho e as modificações sofridas pelo trabalho dos assistentes sociais, sendo assim, a base da monografia.

Para complementar o capítulo que versa sobre trabalho, o item três irá discutir sobre a categoria gestão, nomeado “As concepções de gestão em tempos de reestruturação produtiva” e subdividido pelas concepções de gestão encontradas a partir dos achados, sendo elas: “A gestão gerencialista como resultado do reordenamento do Estado”, “Gestão Social” e “Gestão democrática”. Ainda, aborda sobre o trabalho profissional diante dessas concepções no tópico “A gestão do trabalho e o trabalho na gestão?”.

A categoria gestão teve um número reduzido de trabalhos encontrados, porém, o capítulo evidencia a importância da discussão tendo em vista as diferentes formas de gestão possíveis e as consequências decorrentes de cada uma delas. As

diferentes direções adotadas poderão de um lado reforçar a precarização do trabalho e dos direitos sociais, assim como a reestruturação produtiva prevê, ou de outro, direcioná-la para garantia de direitos e materialização do projeto ético-político do serviço social.

O penúltimo capítulo versa sobre a política de Assistência Social, categoria encontrada com maior frequência entre os trabalhos, cujo capítulo denominou-se de “Considerações sobre a política de Assistência Social” subdividido em: “Breve histórico”, “A gestão da política”, “A inserção do assistente social na política” e por fim “Vivências na gestão da Proteção Social Especial na Fundação de Assistência Social e Cidadania a partir do estágio em serviço social”. O capítulo discorre, historicamente, sobre a importância da inserção das assistentes sociais nessa política, desde a sua implementação até os dias atuais. Em contraponto aborda a precarização como um empecilho para materialização do projeto ético-político e para garantia dos direitos socioassistenciais.

Por fim, o capítulo que fará o fechamento a respeito de todas as categorias trabalhadas, está intitulado como “O trabalho da assistente social na gestão com vistas à garantia do projeto ético-político da profissão”. Irá tratar os “Delineamentos sobre o Projeto Ético-Político da Profissão” e “Ampliando o olhar sobre a gestão do SUAS: desafios e possibilidades para a materialização do PEP”.

Apesar de não ter sido uma categoria chave para a pesquisa, o Projeto Ético-Político evidenciou-se frequencialmente de modo considerável nas produções analisadas. Porém, na maioria das vezes vinculado à sua dificuldade de materialização. Por fim, serão desenvolvidas as considerações finais que sistematizarão os resultados do presente estudo.

Embora esta pesquisa não envolva diretamente coleta de dados com seres humanos, pois refere-se a pesquisa bibliográfica, o processo de investigação em todos os momentos de execução resguardou os princípios éticos e profissionais preservando possível identificação de identidades, mantendo postura investigativa e comprometida conforme previsto pelo Comitê de Pesquisa da instituição envolvida - UFRGS e, bem como pelos princípios éticos encontrados no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. A devolução dos resultados da pesquisa sistematizados neste Trabalho de Conclusão de Curso, atendendo ao Código de Ética Profissional, poderá ser feita através da publicação dos resultados em forma de relatório, artigos, eventos científicos e defesa pública desta monografia.

2 DESCORTINANDO A CATEGORIA TRABALHO: DAS ORIGENS E MUDANÇAS AO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL

“Se a classe trabalhadora não lutar por condições dignas de trabalho, quem vai?”
(LIMA, 2017, p.17).

A discussão sobre o trabalho é atual e necessária tendo em vista a centralidade do mundo do trabalho. Contudo, não basta entender a importância categorial, mas sim as repercussões do trabalho na vida. Afinal, é através do trabalho que o homem produz e reproduz sua própria existência e, no sistema capitalista, é reduzido enquanto força de trabalho.

Todos os artigos selecionados, a partir da escolha do banco de dados², para discutir a categoria trabalho, baseiam-se em Marx ou em autores que discutem a teoria de Marx. Tendo em vista essa informação, o capítulo que segue buscará apreender as concepções da categoria trabalho empregada historicamente a partir da teoria da dialética crítica, utilizada como fundamentação teórica para o curso de serviço social desde o movimento de reconceituação da profissão, a partir dos anos 70. Conforme visto nos artigos, essa corrente teórica contribuiu e vem contribuindo para a construção da identidade do trabalho das assistentes sociais. Este capítulo retratará também as transformações no mundo do trabalho e da gestão do trabalho, finalizando com os reflexos desse processo para a categoria e as modificações do fazer profissional: da prática ao trabalho da assistente social.

2.1 O trabalho: aproximações da perspectiva marxista

“Escutar, sobreviver e esperar.” (LIMA, 2017, p.17).

O subcapítulo dedicado à reflexão sobre a compreensão da categoria trabalho com a intenção de realizar aproximações da perspectiva Marxista, antes de tudo, aborda as categorias de modo mais amplo do que conceitos. Sendo assim, essas são compreendidas como expressões da realidade social extraídas de um objeto de estudo, portanto, são elementos que compõem a essência de um objeto

² Últimos dois encontros importantes para a categoria, sendo eles o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS), como já informado na introdução deste trabalho.

real. Por esse motivo não devem ser inventadas por pesquisadores ou estudiosos, mas constituídas de elementos concretos da determinação do objeto, sem os quais a leitura somente seria realizada no âmbito da aparência (VIDAL; FONSECA, 2016a).

Analisa-se a partir dos dados da pesquisa que:

As categorias "exprimem [...] formas de modo de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada"- ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento - são categorias reflexivas). Por isso mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só tem validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado). E, uma vez que, como vimos, para Marx "a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção" - vale dizer: a mais complexa de todas as organizações da produção até hoje conhecida -, é nela que existe realmente o maior desenvolvimento e a maior diferenciação categorial (NETTO, 2011, p. 46).

A categoria presente no objeto de estudo de Marx a ser debatida, diante da complexidade categorial existente no sistema capitalista, será trabalho. Para Marx, um papel substancial na construção e no desenvolvimento da humanidade através da busca de elementos que estabelecem como os seres humanos produzem e reproduzem a sua própria existência (VIDAL; FONSECA, 2016a). Além de propor uma visão ampla da categoria, buscando abordar todos os elementos que a constituem.

Neste sentido, a raiz - o início - do trabalho é o próprio homem³ (VIDAL; FONSECA, 2016a). As relações que este irá propagar consigo mesmo e com outros homens. Além da relação do homem com a natureza, afinal de contas.

A natureza é o corpo inorgânico do homem, quer dizer a natureza na medida em que não é ela própria corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem esteja em conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a Natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da Natureza (MARX, 2012, p. 99-100).

O homem não é apenas "[...] um ser natural, mas um ser natural humano, que transforma o mundo objetivo, um ser consciente, ou seja, possui atividade vital consciente." (MARX, 2012, p. 100). Os seres humanos distinguem-se dos animais a partir do momento que produzem os meios materiais necessários para a sua

³ Cabe destacar que a palavra homem abordada neste trabalho refere-se a homens e mulheres.

existência, por meio do trabalho (MARX; ENGELS, 1998). Sendo este processo impulsionado e regulado, onde o ser humano transforma a natureza, modificando-a e ao mesmo tempo modificando a si próprio (MARX, 2016).

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2011, p. 255).

O trabalho diferencia os homens dos animais, pois somente os homens possuem a capacidade de idealizar, ou seja, projetar previamente aquilo que pretendem construir através da incidência da sua força de trabalho, tendo a natureza como objeto de transformação.

O ato de projetar previamente, ou seja, pensar/mentalizar o que se pretende fazer/construir é um ato exclusivamente humano. “Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.” (MARX, 2011, p. 255). Este ato de projetar pode também ser chamado de capacidade teleológica, projeção ou ideação. Esta capacidade de projetar antes de pôr em prática sua força de trabalho é exclusivamente humana. Esta projeção também é chamada de teleologia. (LESSA; TONET, 2008).

Decerto, o animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações como as abelhas, castores, formigas etc. Contudo, produz apenas o que necessita imediatamente para si ou para sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente; produz apenas sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto que o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma; produz-se apenas a si próprio, enquanto o homem reproduz a Natureza toda; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem enfrenta livremente seu produto (MARX, 2012, p. 100-101).

Assim, quando falamos do trabalho, estamos falando do próprio homem e da sua capacidade teleológica para a concretização do trabalho, sendo este, então, a mediação entre homem e natureza e a relação entre os homens.

Evidencia-se, com a leitura e análise que a racionalidade diferencia o homem dos outros seres, porém, o trabalho inserido no sistema capitalista produz o que Marx denomina alienação. O trabalho no capitalismo torna-se uma mercadoria para

o capital, podendo ser afirmada que essa relação mercadoriza a vida (VIDAL; FONSECA, 2016a).

O operário torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder de volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. [...] O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se a si próprio e o operário como uma mercadoria, e com efeito na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 2012, p. 95).

Para Marx, o trabalho e o homem concreto estão em relação recíproca de produção, ou seja, o homem produz o trabalho e este produz o homem (VIDAL; FONSECA, 2016a). Contudo, este deve ser entendido em sua concretude por meio da história.

O trabalho é utilizado no capitalismo alheio às reais necessidades do trabalhador, visa o lucro, e impossibilita que o trabalhador desenvolva todas as suas capacidades (VIDAL; FONSECA, 2016a). Conseqüentemente, o trabalhador se torna um meio para o aumento crescente de produção de riquezas e um objeto necessário para o modo de produção capitalista (MARX, 2012).

No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente, o que ocorre é a realização do trabalho, a produção, implica a sua perdição, a sua despossessão: o produto do trabalho se lhe aparece como algo alheio, autônomo (NETTO, 1981, p. 57).

O capitalismo reduz o homem a uma força de trabalho, visualizando este como uma “coisa” que pode ser trocada e substituída. A relação entre capital e trabalho desumaniza o trabalhador, entretanto, é o único mecanismo para sobrevivência, o que submete o trabalhador ao capital a partir das suas necessidades (MARX, 2012).

Segundo Marx, os elementos que irão compor o processo de trabalho será o próprio trabalho ou força de trabalho, os meios de trabalho e o objeto. A força de trabalho, ou seja, a força humana exigida para transformar um objeto da natureza em um novo objeto, este, consequência de uma necessidade, devendo, necessariamente, ter um valor-de-uso⁴, para quem produziu ou para outro sujeito.

O objeto de trabalho pauta-se em “[...] todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com o seu meio natural (...) fornecidos pela natureza.” (MARX, 2011, p. 256). Tudo aquilo que for extraído da natureza e passar

⁴ O valor-de-uso está relacionado com as qualidades físicas e internas da mercadoria. O valor de uso é pautado na sua utilidade, se realizando através do consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela (MARX, 2011, p. 114).

por uma transformação a partir da força de trabalho sobre a mesma será um objeto de trabalho, ainda, todos os objetos que já sofreram a ação de um trabalho anterior são chamados de matéria-prima⁵.

Por possuir capacidade teleológica, o homem é o único ser capaz de construir instrumentos de trabalho, afinal, a natureza não dispõe de instrumentos prontos, é preciso fabricá-los (MARX, 2011). Todas as condições objetivas em que se dá o trabalho, são consideradas meios de trabalho, pois determinam como este trabalho será realizado assim como o resultado final (MARX, 2011). É possível, através dos meios de trabalho, conhecer o nível de desenvolvimento das forças produtivas de cada período histórico, assim como as condições em que o trabalho se realiza.

Os dados encontrados nos artigos permitem inferir que é necessário atentar-se para os dois aspectos do trabalho, que apesar de diferentes, são inseparáveis: os fundamentos ontológicos do ser social (potencialidades humanas, ato de idealizar, planejar, objetivar as ações) e a gênese da riqueza material de acumulação e perpetração capitalista (FERNANDES; OLIVEIRA, 2016).

[...] a origem do modo de produção capitalista. É, primeiramente, a separação dos produtores dos seus meios de produção. É em seguida a constituição desses meios de produção em monopólios entre as mãos de uma só classe social, a classe burguesa. E é finalmente a aparição de uma outra classe social que, por estar separada dos seus meios de produção, não tem mais outro recurso para subsistir senão a venda da sua força de trabalho à classe que monopolizou os meios de produção (MANDEL, 1978, p. 24).

O trabalho sob a subordinação do capital assume características diferentes do trabalho ontológico, afinal, a força de trabalho torna-se mercadoria⁶ ao ser vendida ao capitalista que por sua vez irá utilizá-la no processo de produção. O produto não mais pertence a quem produz, ou seja, ao trabalhador (que desenvolve o processo de trabalho), este, é de propriedade do capitalista (MARX, 2011).

Marx nomeará de mais-valia a parte do tempo em que o trabalhador produzirá para além da sua própria sobrevivência, sendo esse tempo de produção, de propriedade de quem investiu com o capital, o suficiente para lucro e para reinvestimento da produção. Conforme citado acima, o produto final do trabalho não

⁵ O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho (MARX, 2011, p. 212).

⁶ A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2011, p. 113).

é mais a modificação do indivíduo, mas sim o mundo das coisas, e quanto mais expropriado do produto de seu trabalho, menos o trabalhador pertence a si próprio (MARX, 2004).

O homem transforma a natureza, o que era matéria-prima ou objeto em produto e conseqüentemente através do seu trabalho produz valor⁷ (MARX, 2011). A produção de valor através do trabalho é inerente a qualquer mercadoria. Porém, o trabalho torna-se a unidade de medida para se estabelecer as relações de troca entre as mercadorias (MARX, 2011).

Marx apontou, ainda, que o modo quantitativo de existência do próprio trabalho, para medir as quantidades presentes em cada mercadoria, igualá-las e chegar ao processo de troca, se dará a partir do próprio tempo de trabalho. Não o tempo que cada trabalhador leva para produzir sua mercadoria, mas o tempo médio ou social de trabalho necessário (MARX, 2011).

Ao analisar os trabalhos, evidencia-se que a produtividade está intrinsecamente relacionada a grandeza do valor (quantidade de trabalho socialmente necessária), pois quanto maior é a produtividade, menor é o tempo que se leva para produzir uma mercadoria. Reduzindo então o tempo necessário, menor é o valor. Da mesma forma ao contrário, quanto menor a produtividade, maior é o tempo e conseqüentemente, maior é o valor. Logo, o valor não é uma grandeza fixa (NETTO; BRAZ, 2008). “Assim os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem.” (MÉSZÁROS, 2006, p.82). A mercadoria não será resumida às suas qualidades físicas (valor-se-uso) afinal, nesse processo de trocas não importa o tipo de trabalho ou as condições que foi desenvolvido e sim o valor, sendo este representado pelo tempo de trabalho.

⁷ O valor é o tempo de trabalho que em média a sociedade gasta para produzir uma mercadoria qualquer. Essa média é feita pela concorrência: aquele que produz em menos tempo consegue vender a um preço (que é a expressão em dinheiro do valor) menor do que aquele que produz em mais tempo. Desse mecanismo resulta um preço médio do mercado que corresponde, em dinheiro, à média do tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria. A respeito dessa questão, sugere-se o segundo capítulo do livro Economia Política, uma introdução crítica, de José Paulo Netto e Marcelo Braz, São Paulo: Cortez Editores, 2008.

2.2 Transformações societárias e as modificações na gestão do trabalho

“Fixar e centralizar para não ser levada pela avalanche.” (LIMA, 2017, p.17).

Em relação à categoria trabalho, conforme explicitadas anteriormente - analisada sob o prisma marxista - é possível perceber, por meio da investigação, que o trabalho é considerado atividade vital do ser humano-genérico e a do capital, que origina a luta de classes, segundo a qual o trabalho é instrumento de alienação, reificação e exploração da vida (VIDAL; FONSECA, 2016a). É sobre o trabalho no capitalismo, alienado, precarizado, e os eventos históricos que trouxeram mudanças significativas nas concepções de trabalho que discorreremos o tópico a seguir.

A primeira modificação histórica baseada na transição do feudalismo para o capitalismo, assim como a revolução industrial seguida pelos avanços tecnológicos trouxeram diferentes visões sobre a categoria trabalho: anteriormente dedicada às classes subalternizadas da sociedade e que passou a ser vista como algo que dignifica o homem (VIDAL; FONSECA, 2016a).

A máquina a vapor foi um dos resultados da Revolução Industrial, esta, ainda trouxe consigo as modificações trabalhistas, entre elas a consolidação do capitalismo e a relação de empregador versus empregado em diversos lugares do mundo. O novo sistema econômico foi consolidado a partir das formas de produção que começam a se dinamizar pelo planeta (VIDAL; FONSECA, 2016a).

De acordo com a pesquisa as piores condições de trabalho serão expressas dentre todos os integrantes da família (da criança ao idoso/homens e mulheres) de uma maneira cruel e degradante (condições insalubres, cargas horárias além do suportável, etc) perpassando por todos os períodos, desde as fábricas até o trabalho desenvolvido nos domicílios (VIDAL; FONSECA, 2016a).

Partindo do pressuposto que a burocracia é a administração do modelo de produção capitalista (FILHO; GURGEL, 2016a) diversas teorias organizacionais surgirão ao longo do tempo, dentre elas, as que apareceram durante a pesquisa bibliográfica foram: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo.

2.2.1 Taylorismo

Duas heranças teóricas são explicitadas por pressupostos tayloristas, sendo elas: o valor do trabalho e a divisão do trabalho - e a consequente especialização como fatores importantes para a produtividade (FILHO; GURGEL, 2016). A Teoria da Administração Científica de Taylor de 1903 foi dividida em quatro principais focos, segundo (CHIAVENATO, 2000) sendo eles:

1. Planejamento: substituir no trabalho o critério individual do operário, a improvisação e atuação empírico-prática por métodos baseados em procedimentos científicos. Substituir a improvisação pela ciência, por meio do planejamento do método.
2. Preparo: selecionar cientificamente os trabalhadores de acordo com suas aptidões prepará-los e treiná-los para produzirem mais e melhor, de acordo com o método planejado. Bem como preparar equipamentos e o ambiente de acordo com o planejado.
3. Controle: controlar o trabalho para se certificar de que o mesmo está sendo executado de acordo com as normas estabelecidas e segundo o plano previsto.
4. Execução: distribuir distintamente as atribuições e as responsabilidades para que a execução do trabalho seja mais disciplinada.

Os mesmos podem ser observados através da primeira Revolução Industrial (final do século XVII) quando são apresentados ao sistema fabril no intuito de aumentar a produção e baixar os custos, ao substituir a energia física pela energia mecânica, introduzindo as máquinas ao processo produtivo. Fato este que possibilitou a produção em escala industrial (o que intensificou o trabalho dos operários fabris) e também possibilitou a evolução dos meios de produção.

O surgimento das novas tecnologias acarretou demandas sob a lógica de geração de lucros para as fábricas. O que instigou Frederick Taylor, em 1911 a lançar sua principal obra “Princípios de administração científica” em que realiza um estudo específico sobre a otimização do tempo e racionalização da produtividade para torná-la mais lucrativa ao universo fabril (CHIAVENATO, 2000).

Em sua teoria defende que combater desperdícios, ao planejar as operações dos trabalhadores, colabora para a redução dos custos da produção, para benefício

do capitalista. A perspectiva é apresentada de forma dissimulada ao afirmar que os interesses do trabalhador e do capitalista são os mesmos, o de prosperar. Enquanto o empregador prospera ao ter baixos custos na produção, o empregado ao ter salários mais altos por consequência (CHIAVENATO, 2000).

O tópico anterior demonstra que Marx desmistifica esse fato ao apresentar o antagonismo de classes, essência do modo de produção capitalista, em que o maior objetivo do dono dos meios de produção é utilizar a expropriação do valor do trabalho dos empregados para gerar mais-valia (CHIAVENATO, 2000). Dessa forma, o estudo realizado nega o fato de haver igualdade de interesses entre ambos e a coexistência pacífica entre classes sociais.

A implementação do método científico de Taylor nas fábricas, além de ter intensificado a produção ao reduzir a carga horária dos operários de 10 para 8 horas, reduziu o quadro de funcionários e também seus salários, afinal, a perspectiva de metas passou a ser uma das técnicas utilizadas nesse método, ou seja, se o trabalhador não alcançar a meta, não recebe, aumentando a prosperidade do capitalista e a pobreza ao proletariado (CHIAVENATO, 2000).

É possível analisar que Taylor não apresentou, durante a escrita de sua obra, o grau de exploração sofrido pelos trabalhadores (agravado pela massa de desempregados que tornava os empregados facilmente substituíveis), preocupou-se, apenas, em desenvolver os benefícios que a intensificação da jornada de trabalho traria aos capitalistas, ação previsível diante de a teoria desconsiderar a contradição existente entre as classes sociais (CHIAVENATO, 2000).

2.2.2 Fordismo

O Fordismo, que tem como principal característica o modelo de produção em massa, foi criado em 1914 pelo empresário americano Henry Ford. O objetivo principal era de reduzir os custos com a produção e, conseqüentemente, produzir de forma rápida e com baixo custo, possibilitando, assim, um maior número de vendas e de lucro. Foi “graças” ao modelo fordista que a indústria mundial e os processos de trabalho consolidaram-se ao longo do tempo, baseando-se no modelo de produção em massa, por meio da linha de montagem e da produção de produtos homogêneos (ANTUNES, 2006).

Foi desenvolvida durante este período, porém, seguindo preceitos de padronização e simplificação de Taylor, a esteira rolante. Foi um dos maquinários que aperfeiçoou a linha de montagem dentro desse sistema de produção, afinal, a esteira é quem conduz os produtos até os funcionários, onde estes desenvolvem uma pequena tarefa dentro de um grande processo, acelerando, assim, os formatos de produção (ANTUNES, 2006). As consequências para os trabalhadores podem ser vistas através dos movimentos repetitivos e desgastantes que eram submetidos a partir do aperfeiçoamento na linha de montagem, com o uso da máquina, para a produção em massa e contínua de grandes proporções de materiais (ANTUNES, 2006). Embora o modelo fordista date o período a partir de 1914 e seja supostamente superado com o início de um novo modelo de gestão no final da década de 1970, que será desenvolvido no decorrer deste trabalho, na atualidade ainda identificam-se situações onde os trabalhadores e trabalhadoras são sujeitados ao modelo de linha de montagem, como o exemplo das grandes fábricas de calçados.

O modelo de produção fordista, somado às técnicas de administração taylorista, foi universalizado ao passo que os direitos sociais foram ampliados, o que supostamente pode ter suavizado o conflito dialógico entre capital-trabalho até a crise de padrão de acumulação (ANTUNES, 2006). Neste período, segundo os artigos pesquisados, o Estado arrecadava os impostos e assegurava certos direitos trabalhistas, os donos dos meios de produção se comprometiam com o pagamento de “bons” salários e os trabalhadores suportavam as formas impostas (fordistas-tayloristas) de exploração do trabalho.

O ápice deste modelo é alcançado no período pós guerra (entre 1945 e 1968), porém, a rigidez no modelo de gestão é uma das responsáveis por ocasionar seu próprio declínio, contudo, não deve ser aludida como único motivo da crise deste modelo, de acordo com a pesquisa é possível identificar que existiram outras variáveis ao longo do período expansionista do capital, como: os fatores estruturais, conjunturais, políticos e sociais que funcionaram como gatilho para um movimento que já estava em curso (KNOPP, 2016). A crise foi considerada uma crise de superprodução, intrínseca ao próprio modelo capitalista e as contradições que engendra, porém, com particularidades sócio-históricas que as diferenciam umas das outras (MATTOSO, 1995). Assim, deixando brechas para que na década de 70, a produção em massa de Ford passe a ser substituída gradativamente pelo modelo

Toyotista, este, que em 2007 torna-se o modelo responsável pelo crescimento da maior montadora de carros do mundo, superando o Fordismo.

2.2.3 Toyotismo

Segundo estudo realizado, o capital substituiu o padrão taylorista/ fordista pelo padrão de acumulação flexível ou toyotismo, modelo de produção industrial idealizado por Eiji Toyoda e difundido a partir da década de 1970 após a sua aplicação pela fábrica da Toyota (empresa japonesa que se destacou como uma das maiores empresas do mundo, na fabricação de veículos).

Este modelo prevê maior flexibilidade na linha de produção, nas relações trabalhistas e nos direitos dos trabalhadores (KNOFF, 2016). Os métodos utilizados pelo toyotismo são o ajuste de estoques, a intensificação das jornadas de trabalho e a criação do conceito de trabalhador multifuncional e polivalente. O objetivo, agora, é equilibrar os níveis de produção e as oscilações do mercado através da produção em pequenas quantidades, passíveis para atender a demanda do consumo, afinal, os modelos anteriores foram extinguidos diante da crise de superprodução. Além disso, não é necessário ter estoques de matéria-prima, e nem trabalhadores que “perdem” tempo para controlar a entrada e saída destes produtos. Neste novo modelo, a produção só acontece quando existe demanda. Para isso, os fornecedores precisam se adequar às demandas do cliente, entregando os insumos na quantidade necessária, no mínimo tempo, para a produção planejada (KNOFF, 2016).

Esta nova proposta, assim como as anteriores, busca reduzir os preços e acirrar a concorrência através da redução da mão-de-obra e do tempo de produção, porém, agora, o mesmo trabalhador desenvolve inúmeras tarefas que antes eram desenvolvidas por vários. De acordo com os dados é possível perceber que a principal consequência desse modelo implica na intensificação do trabalho excedente e na redução do tempo de trabalho necessário para produção, elevando os índices de desemprego. Outro fator que reforça essa consequência é a substituição de mão de obra pela automação, mecanismos eficientes de exploração e dominação do trabalho, diferente dos modelos anteriores, que valorizavam os equipamentos e as máquinas (ANTUNES, 2006).

Este operário polivalente não necessita de nenhuma melhoria na sua qualificação; ao contrário, promove a baixa profissionalização ou a pouca especialização do trabalhador, pois será responsável apenas em operar máquinas instaladas ao seu redor. A capacitação se resume em um treinamento rápido sobre os movimentos básicos do equipamento, não exigindo qualificação técnica (KNOPP, 2016).

Nesse processo, outra diferença analisada durante a pesquisa é o modelo kanban, que objetiva a centralização de informações em uma área de planejamento a qual irá repassar para os diversos setores o que deve ser produzido naquele período, ou seja, o trabalhador é informado diariamente de qual será a sua atividade e que tipo de produto vai produzir. Isto faz com que, em uma mesma linha de montagem, possam ser produzidos milhares de produtos diferentes, no mesmo dia. Além da divisão dos setores de produção, outro processo inerente ao toyotismo é a terceirização das etapas meio. A empresa maior contrata outras, cooperantes, que são responsáveis em produzir partes das peças que irão compor o produto final. Neste ponto, o processo de exploração da força de trabalho se intensifica, elevando a flexibilização e precarização das relações trabalhistas (ANTUNES, 2006).

O processo de terceirização, muitas vezes, acaba direcionando o trabalho, para o espaço privado do trabalhador, reduzindo os gastos da grande empresa, além de enfraquecer a organização coletiva e sindical dos trabalhadores. Desta forma, de acordo com o resultado da leitura dos materiais vê-se que

[...] a transferência de algumas seções do interior da fábrica para os domicílios dos trabalhadores não modificou apenas o espaço físico de realização do trabalho: alterou-se também a forma de remuneração do trabalhador (NAVARRO, 2006, p. 169).

Para a maioria dos autores pesquisados a tendência atual dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar um número maior da força de trabalho que tem inserção rápida e pode ser facilmente descartada sem custos, chamados de “trabalhadores flexíveis”. É nesse ambiente privado, domiciliar, não fiscalizado e de trabalho individualizado, que a divisão das atividades são organizadas entre os próprios familiares e vizinhos, contando, inclusive, com a utilização da força de trabalho das crianças. Não existem contratos formais, o que incide diretamente na negação de direitos trabalhistas e previdenciários, além de elevar os níveis de exploração e de produção de mais-valia (HARVEY, 2008).

Por fim, o modelo toyotista passou a influenciar as inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva, quando comparamos os modelos de produção anteriores, sob o ponto de vista da precarização do trabalho, percebemos que no taylorismo e no fordismo, a produção concentrava-se nas grandes fábricas sob rigoroso controle, porém, com vínculos empregatícios (ANTUNES, 2006). No modelo toyotista, a produção será terceirizada, sem exigências em relação ao tipo de contrato de trabalho que a empresa cooperante terá com seus trabalhadores, contribuindo para aumentar os índices de trabalho infantil (que já eram altos dentro dos modelos anteriores) além de facilitar o trabalho escravo.

As transformações societárias foram abordadas nos materiais bibliográficos pesquisados e, teoricamente, pouco foi visto com relação às modificações na gestão do trabalho, quando abordada o foco é dado ao taylorismo ou fordismo. Aparentemente apenas um dos artigos aponta o toyotismo, explicitamente, apesar de o modelo, suas características e consequências, principalmente na parte em que é abordada a Contrarreforma do Estado é recorrente na maioria dos materiais pesquisados.

[...] processos de reestruturação produtiva. Há pouco mais de duzentos anos, o capitalismo moderno é atingido por processos de reestruturação produtiva que alteram objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho. [...] O que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o toyotismo, é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo (ALVES, 2007, p. 155-156).

Tendo em vista que a contrarreforma, resultado de todos os processos significativos e formatos de gestão e produção, o processo histórico é visto como um aliado para desvendar as inquietações presentes na atual conjuntura.

2.2.4 A reestruturação produtiva e seus impactos

Atualmente vivemos em um processo de forte reestruturação produtiva global que se materializa através do projeto neoliberal que, para se efetivar, depende da ampliação da superexploração do trabalho, conforme aponta a análise do material investigado.

As mudanças do sistema capitalista, durante o século XX, resultaram em grandes transformações no modelo de produção e, conseqüentemente, nas relações de trabalho. Esta reestruturação, alterou de forma significativa o dia-a-dia das

empresas e trabalhadores resultando em vários impactos no mundo do trabalho. Para Harvey (2008), a acumulação flexível é responsável por estabelecer formas desiguais de desenvolvimento entre setores e regiões geográficas, na mesma proporção que produz níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e composição de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do movimento sindical (KNOPP, 2016).

Destaca-se, especialmente na América Latina, nas últimas décadas, um verdadeiro genocídio neoliberal⁸ que:

[...] se caracterizou [...] pela expansão do grande capital transnacional, sob a hegemonia financeira; pelo papel servil dos governos e sua burguesias locais associadas e cada vez mais transnacionalizadas; pela adoção de modelos econômicos e de políticas de governo que seguem a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI), que “integra” para fora (para os capitais globais) e se desintegra socialmente para dentro; e pela vigência de parlamentos degradados e de poderes judiciários coniventes com as classes dominantes e responsáveis pela ampliação dos cânceres da corrupção (ANTUNES, 2011, p. 71).

É fundamental destacar que essa refuncionalização, segundo alguns autores pesquisados, atende uma única lógica: faz parte da requisição burguesa para o desenvolvimento do capitalismo, como ao mesmo tempo expressa tentativas contumazes para saídas das crises econômicas aprofundadas desde os anos de 1970 (FERNANDES; OLIVEIRA, 2016). Sob esse ângulo cabe a necessidade de (contra) reformar o Estado, (des) onerá-lo e (des) enrijecê-lo, pois no discurso ideológico elas são:

[...] paternalistas, geradoras de desequilíbrios, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos [...] vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (NETTO apud BEHRING, 2008 p. 64).

A forma ideológica de pensar o Estado associado ao enxugamento dos postos de trabalho, avanço da flexibilização, terceirização, subempregos, desempregos, etc. elevam as taxas de usuários das políticas sociais, exigindo,

⁸ As origens do neoliberalismo, enquanto doutrina econômica e política, remontam o texto “O caminho da servidão” (1944) de Friedrich Hayeck, que criticava veementemente os mecanismos de regulação do Estado sobre o mercado. Hayeck criticava os pressupostos Keynesianos de regulação do mercado sem, no entanto, obter êxito, dado que, no pós- Segunda Guerra Mundial, o capitalismo encontrava-se numa fase de expansão, o que dava bases para as políticas Keynesianas de regulação a economia e do trabalho. Com a crise do capital nos anos 70, as idéias liberais retornam ao debate político e econômico por intermédio do neoliberalismo, propondo limites ao Estado intervencionista, este visto como um dos vetores principais da crise contemporânea do capitalismo (ALMEIDA; ALENCAR, 2001, p. 99).

assim, o envolvimento de assistentes sociais para com a situação posta (FERNANDES; OLIVEIRA, 2016).

A terceirização frente a isso é vista como uma alternativa para o desemprego estrutural. Sabe-se que a realidade sobre a terceirização é contrária a isso, refletindo o não investimento no mundo do trabalho, ou seja, ser vista como uma alternativa é um engano. Além de não ser regulamentada, é vista como um trabalho, apenas, o que reforça o fato de não substituir um emprego. O plano de governo atual se expressa através da contrarreforma neoliberal que ocorre principalmente a partir da privatização dos serviços públicos, conseqüentemente, desresponsabilizando o Estado (Estado mínimo). Nesse sentido, o aumento do terceiro setor é visto como uma tendência que supre momentaneamente e funcionalmente as lacunas sociais (ANTUNES, 2006).

A ideia de terceiro setor supõe um primeiro e um segundo, sendo estes o Estado e o Mercado. Pensa-se a negação do “governamental” e também do “lucrativo”; tornando-se o conjunto de iniciativas particulares com sentido público (FERNANDES, 1994). A incidência do terceiro setor nas políticas públicas antecede o governo atual, afinal, desde 1988 a Constituição, enquanto primeiro marco legal que trata do tema, já divide as responsabilidades da seguridade social em um conjunto integrado de poderes públicos e da sociedade civil (MONTAÑO, 2002).

O segundo marco legal foi em 1991, que responsabiliza a União para financiamento da seguridade social, juntamente com a contribuição social. Logo deve ser considerada a aprovação da Lei Nº 8.742 (LOAS), em 7 de dezembro de 1993, pelo Presidente Itamar Franco, em meio à tendência de dificuldades de produção de consenso democrático, afinal, o mesmo assume a presidência em detrimento do impeachment de Collor. Requer, portanto, considerar a existência de uma sociedade civil complexa, diversificada – constituída na modernização conservadora do regime autoritário e na redemocratização – que conquistara relativa autonomia da tutela estatal corporativista instituída na Era Vargas (LIMA, 2017). Necessita-se, portanto, qualificar a democracia brasileira, com direitos civis, políticos e sociais, eleições regulares, voto universal e secreto, multipartidarismo e sistema federativo (PEREIRA, 2005).

No processo de investigação das categorias é possível identificar o reflexo da sociedade regida pelo ideário neoliberal, baseada em determinantes,

socioeconômicos, aos quais as assistentes sociais estão inseridas diante das relações de poder estabelecidas, exige profissionais com objetivos críticos e que, mesmo assim, correm o risco de se tornarem profissionais alienadas e perderem a si mesmas e a seu trabalho no capitalismo. A precarização do trabalho, juntamente com a alienação, causa estranhamento do produtor para com o que é produzido. Neste caso, a expressão da questão social latente, ainda, entra em um processo que conduz a sociedade a uma ordem social alienada: desigualdade crescente, pobreza em meio a plenitude, antagonismo social e luta de classes (MARX, 1983).

Ora, não torna-se difícil apreender que se por um lado há uma endeusada ordem superior advinda de todos os recantos para cortar e reduzir gastos e, sobretudo políticas sociais, certamente a demanda por esses serviços se acentuam. Neste sentido, tendencialmente, as demandas reprimidas pelos cortes passam a adentrar de forma significativa às portas das redes dos serviços socioassistenciais de prestadores conveniados, públicos e/ou privado gerando em maior ou menor grau filas de esperas. A tentativa de amenizar essa problemática - que como visto até aqui é da ordem estrutural do capital - tem sua resolutividade esvaziada, pois se assentada nas ações pragmáticas da focalização dos serviços e no apelo à sociedade civil, não resolvendo dessa forma nem as envelhecidas demandas históricas nem as que se acumulam na cena contemporânea (FERNANDES; OLIVEIRA, 2016, p. 09-10).

Em meio a este processo de transferências de responsabilidades e flexibilizações no mundo do trabalho as ações são, de forma recorrente, desprofissionalizadas e paliativas (FERNANDES; OLIVEIRA, 2016).

Para a política social, a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, e a mobilização da "solidariedade" individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não-governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil. Aqui, observa-se a emersão de uma espécie de clientelismo (pós) moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada [...] (BEHRING, 2008, p. 64).

A análise dos dados encontrados nas produções permite inferir que é fácil a identificação do sucateamento e esvaziamento do fundo público exigindo que os profissionais passem a atuar de forma insegura em seus espaços sócio ocupacionais, afinal, não se tem garantia de vínculo profissional, muito menos de acesso a direitos sociais dedicados aos usuários dos serviços. Além disso, evidencia-se que em tempos de flexibilização, o trabalho profissional da assistente social além de ser submetido à alienação do seu caráter social, submete-se às relações e condições de trabalho que variam conforme o espaço sócio-ocupacional,

interferindo na autonomia profissional e impondo limites objetivos à afirmação do projeto ético-político (PESSANHA, 2016).

Contudo, afirmar a direção do projeto ético-profissional exige a construção de estratégias político-profissionais que não só estabeleçam alianças nos seus espaços sócio-ocupacionais, mas também se articulam como os movimentos sociais, orientados pelos mesmos princípios éticos e políticos (IAMAMOTO, 2009). A produção não é realizada pelo trabalhador individual isoladamente, mas enquanto membro do trabalho coletivo, onde diferentes forças de trabalho combinam para sua realização, através do trabalho socialmente necessário (WALHERS, 2016).

2.3 A superação do fazer profissional: a prática como trabalho e a inserção das assistentes sociais em processos de trabalho

“Qual a orientação técnica para esse momento?” (LIMA, 2017, p.17).

A partir dos dados analisados nas produções “[...] a relação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (...) que é constitutivo de cada profissão.” (NETTO, 1996, p. 89) derivam as alterações profissionais. Sendo assim, analisar o trabalho profissional das assistentes sociais exige a compreensão de um conjunto de determinações sócio históricas e suas implicações na vida cotidiana, não apenas no exercício do seu trabalho, como também em suas condições de vida (MOURA, 2016). Diante do contexto de transformações, as assistentes sociais convivem com o processo de deterioração de suas condições de trabalho, instaurando um processo de precarização da vida (ALVES, 2014).

[...] é o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe (RAICHELIS, 2011, p. 426).

Para a autora, assim como para autores dos artigos utilizados durante a investigação, a categoria profissional conseguiu ampliar seus estudos sobre os impactos da reestruturação produtiva nas relações e condições de trabalho desta classe.

É recente a compreensão da inserção das assistentes sociais nos distintos processos de trabalho, da mesma forma em que as próprias profissionais, ainda na

atualidade, possuem distanciamentos no que se refere a sua identificação como classe trabalhadora. Inclusive, de acordo com o (RAICHELIS et al., 2016) podem ser constatadas as formas de se referir ao serviço social como “prática”, “exercício profissional”, “fazer profissional”, “agir profissional” sem que estas estejam de fato inseridas, atualmente, nas implicações teórico-metodológicas da profissão. Trata-se da utilização de “jargões” ou denominações próprias que se articulam com os fundamentos do Serviço Social (RAICHELIS et al., 2016).

Qual a concepção superada deste fazer? O que mudou? Por que mudou? Como se compreende este fazer na perspectiva do trabalho? Iamamoto (2008) adverte que para o aprofundamento exigido seria necessário transitar da reflexão da profissão para o efetivo exercício profissional que se concretiza como trabalho assalariado, alienado⁹, através de distintas mediações socioinstitucionais. Ainda, implica considerar não só a legitimação e utilidade social da profissão, mas também as determinações da mercantilização desta atividade profissional inscrita na divisão social e técnica do trabalho no capitalismo sob a égide das finanças (RAICHELIS et al., 2016).

Pronunciar-se a respeito da prática e do trabalho do serviço social não é tarefa simples, dadas as condições históricas, econômicas e políticas que marcam e constituem a superação do fazer profissional (SANTOS, 2016). Trata-se de um terreno que é sólido, diz respeito a luta pela hegemonia no seu interior, e ao mesmo tempo movediço, reflexo dos interesses de classe.

Nos materiais pesquisados, a principal referência para discutir a “superação do fazer profissional”, pauta-se nas obras de Marilda Iamamoto, principalmente a do ano de 2005 (Serviço Social na Contemporaneidade). Esta elucida o avanço no que se refere à compreensão de trabalho superando a lógica da prática.

As diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996) apontam dois elementos de ruptura: a questão social¹⁰ como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social (como eixo ordenador do

⁹ No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perda, a sua despossessão: o produto do trabalho se lhe aparece como algo alheio, autônomo (NETTO, 1981, p.57).

¹⁰ A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2009, p. 17).

currículo e não as políticas sociais) e a apreensão da “prática profissional” como trabalho e o exercício profissional inscrito em processos de trabalho (IAMAMOTO, 2005). O adensamento do debate sobre os Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do serviço social também foi importante para a visualização da história/teoria/método como co-dependentes.

Questiona-se, contudo, sobre o trabalho e qual a diferença entre este e a antiga compreensão de prática profissional? O trabalho em seu sentido ontológico e teleológico opera mudanças na realidade, na subjetividade dos sujeitos, como atividade direcionada a fins, envolve uma dimensão ética (valores), conforme discutido nos tópicos anteriores. Nos anos de 1980 a ênfase para o debate da prática profissional e para a dinâmica das instituições, apontava uma abordagem reducionista do exercício profissional: no “centro” a prática profissional e no seu “entorno” a dinâmica institucional, as políticas e os movimentos sociais (que seriam elementos condicionantes externos) (IAMAMOTO, 2005).

Conforme dados da pesquisa compreende-se que, a articulação dos elementos constitutivos do processo de trabalho na análise do exercício profissional pode ser vista a partir do objeto, instrumentos e meios de trabalho. O objeto de trabalho será a questão social, responsável por provocar a necessidade da ação profissional, ou seja, conhecer a realidade é reconhecer o próprio objeto de trabalho. Mais do que um arsenal de técnicas, o conhecimento é um meio de trabalho para decifrar a realidade. A condição de trabalhador assalariado molda a sua inserção socioinstitucional na realidade brasileira, ainda, a regulamentação é dada como profissão liberal, mas não se realiza como tal: não dispomos de todos meios necessários à realização do trabalho em função de toda a precarização presenciada nos aparatos públicos do Estado. A assistente social dispõe de uma relativa autonomia, entretanto, depende das instituições empregadoras que viabilizam os meios para o seu trabalho (IAMAMOTO, 2005).

[...] a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social –moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo –decorre da relativa autonomia de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (...); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicalistas; as organizações privadas não-lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático (IAMAMOTO, 2008, p. 220).

A instituição não é um fator condicionante a mais do trabalho e sim quem organiza os processos de trabalho dos quais as assistentes sociais participam. Afinal, os trabalhadores não realizam o seu trabalho de forma isolada, este é combinado ou coletivo (IAMAMOTO, 2005).

Esta noção de relativa autonomia não se confunde com os imediatos horizontes institucionais, se reduzindo a uma autonomia “autorizada” e delimitada pelos empregadores. Explorar a autonomia relativa significa mobilizar competências teóricas e políticas que visam expandir os lastros e o alcance da atuação profissional, sem desconsiderar as condições objetivas de trabalho e os limites do assalariamento. Desse modo, a ressignificação ou reconstrução do objeto de ação profissional envolve as demandas institucionais, as pressões dos usuários e as decisões profissionais, de maneira a desenvolver um trabalho que valorize princípios que superem a sociedade desigual e excludente (BAPTISTA, 2000).

Mas, trata-se justamente de, partindo da análise destas condições, construir articulações, estratégias, alianças que respaldem esta autonomia, tendo como horizonte as forças sociais que partilham da direção social do projeto ético-político profissional (CLOSS, 2015, p. 159-160).

A discussão presente nos materiais analisados evidencia que pensar a prática como trabalho pressupõe colocar em cena os sujeitos, as heranças culturais, as bagagens teóricas, os valores, a escolha da profissão como uma forma de realizar projetos pessoais. Destes, destacam-se o recorte de gênero e os traços de subalternidade em relação à outras profissões, a forte influência católica e as posturas messiânicas e voluntaristas, o compromisso com valores humanistas e a superação de um humanismo abstrato para um humanismo histórico-concreto (centrado em valores como a democracia, liberdade, direitos humanos) (IAMAMOTO, 2005). Diante disso, cabe a reflexão a respeito do trabalho da assistente social e os reflexos da “herança” histórica da profissão.

2.3.1 A aproximação do serviço social com a teoria social crítica de Marx

“Temos necessidade de formação continuada, chega uma fase que precisamos de oxigenação, que não conseguimos mais pensar.” (LIMA, 2017, p.17).

Com base no banco de dados evidencia-se a importância da teoria social de Marx para a consolidação da profissão do Serviço Social no Brasil. Contudo, é fundamental compreender, em termos objetivos, a questão do método e as contradições resultantes do sistema capitalista que demandaram e demandam uma profissão que intervém diretamente nas expressões da questão social - com atribuições e legislações específicas - natureza da sua dimensão concreta, porém, atende às necessidades sociais quando comparada a qualquer trabalho na sua dimensão abstrata (VIDAL; FONSECA, 2016b).

Pensa-se, neste tópico, o serviço social a partir da aproximação com a tradição marxista, do Movimento de Reconceituação e da busca de ruptura com o Serviço Social tradicional. Momento histórico marcado por profundas transformações societárias, vivenciadas na sociedade brasileira a partir de meados da década de 1970, que levará a profissão a questionar seus referenciais ético-políticos, técnico-operativos e teórico metodológicos.

Na profissão presencia-se a busca por novas bases sociopolíticas e referenciais para a atuação profissional. Neste momento histórico, fortalecem-se os movimentos sociais que critica a sociedade capitalista e o seu modo de produção a partir da perspectiva de classes. Esse movimento influenciará a profissão, contribuindo para a busca do rompimento com o conservadorismo presente na profissão em um movimento latino-americano de Reconceituação da profissão (WALHERS, 2016, p. 09).

A aproximação com a teoria crítica é percebida no momento em que é importante conceituar a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais.

[...] não se tem um único e idêntico processo de trabalho do assistente social [...] não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social e sim de processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais. Ora, um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão (IAMAMOTO, 2005, p. 106).

O Serviço Social passa a ser visto em diferentes espaços sócio-ocupacionais para exercer o trabalho em seu processo como atividade, que envolve um sujeito, com condições, meios e formas materiais para responder às necessidades humanas. As dimensões da competência profissional exercidas no trabalho também passam a ser indispensáveis cotidianamente, e podem ser notadas no exercício da

profissão e na intervenção proposta como indissociáveis e transversais. Ainda, o resultado desta aproximação, culmina na década de 1990, com a afirmação do compromisso ético-político com a classe trabalhadora e com sua luta social em direção de uma sociedade justa e igualitária (WALHERS, 2016).

É uma evidencia nas produções analisadas que o produto do trabalho não depende, exclusivamente, da vontade ou do desempenho individual das profissionais. Nele materializam-se os fins das empresas, organizações ou organismos públicos que norteiam a organização dos processos de trabalho coletivo, nos quais atuam, junto com outras especializações do trabalho (SILVA, 2016). Exige, portanto, considerar o trabalho sob os dois ângulos indissociáveis, conforme já citado: concreto e abstrato. O valor de uso tem efeito nas condições materiais e sociais dos sujeitos, cuja sobrevivência depende do trabalho (processo de reprodução da força de trabalho). Também é possível identificar um efeito que não é material, mas socialmente objetivo, expressa-se na forma de serviços. A profissional que incide no campo do conhecimento, valores, cultura, comportamentos verá os seus efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos e conseqüentemente incidindo na criação de consensos (adesão ao instituídos X contra-hegemonia). Pensa-se, portanto, que o valor de troca não será expresso diretamente na produção de riqueza (valor ou mais-valia), mas é parte de um trabalhador coletivo, de trabalhos combinados que cooperam e criam condições para o crescimento de capital numa empresa. O trabalho na órbita do Estado também não possibilitará a criação de valor, afinal, Estado redistribui as parcelas da mais-valia social via políticas sociais, portanto, a análise do trabalho e de seu produto depende das características particulares dos processos de trabalho aos quais as assistentes sociais estão inseridas (IAMAMOTO, 2005).

2.3.2 O trabalho das assistentes sociais em tempos de flexibilização

“Nós enquanto gestão, não temos como ocupar espaços de opinião pessoal, colocamos em risco o direito de exercer a nossa profissão como deveria ser.” (LIMA, 2017, p.17).

Netto (2011) ao tratar da emergência do serviço social como profissão, afirma que esse processo só se dá num espaço histórico-social considerando a intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-

culturais. Caso contrário, a análise da história da profissão transforma-se numa crônica essencialmente historiográfica. É o caso da relação de continuidade: processo identificado por autores estudados que (ora por ingenuidade, ora por suas posições teóricas e ideológicas) relacionam a emergência do Serviço Social profissional como resultado do processo gradual de incorporação de parâmetros teórico-científicos e instrumental operativo e de natureza técnica às formas filantrópicas de assistencialismo desenvolvidas desde a emergência da sociedade burguesa (NETTO, 2011).

A relação de continuidade, por sua vez, é classificada como um equívoco analítico, insuficiente para fornecer os parâmetros concretos sobre a profissionalização do Serviço Social (NETTO, 2011). Em contraponto, o mesmo autor destaca a relação de ruptura a qual, de fato, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social como profissão. Mas, cabe destacar que esse processo só se fez possível a partir do momento em que o capitalismo entrou na sua fase monopólica, instaurando as condições que fizeram emergir novas necessidades de estratégia de intervenção para a manutenção da ordem capitalista. Sobre isso, o referido autor afirma que

[...] a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica [...]. A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social (NETTO, 2011, p 74).

Portanto, foi possível observar, a partir das alusões da pesquisa, que a profissionalização do Serviço Social se dá no processo pelo qual a ordem monopólica do capital, constituída pelo Estado burguês, enfrenta a “questão social” por via das políticas sociais (SANTOS, 2016).

De uma parte, recuperam-se formas já cristalizadas de manipulação dos vulnerabilizados pelas sequelas da “questão social”, assim como parcela do seu lastro ideal (ancorado no pensamento conservador, que aporta elementos para compatibilizar as perspectivas “pública” e “privada”. [...]) De outra, com a sua reposição no patamar das políticas sociais, introduz-se-lhes um sentido diferente: a sua funcionalidade estratégica passa a dimanar dos mecanismos específicos da ordem monopólica para a preservação e o controle da força de trabalho (NETTO, 2011, p 75).

As interpretações de caráter histórico-crítico a respeito da formação da profissão puderam ser vistas com mais clareza a partir da década de 80, assumindo

progressivamente um rumo intelectual e político. É construída uma nova face para o Serviço Social, distinta da herança de suas origens, nos campos da produção teórica e do exercício profissional, ampliando suas bases de legitimidade para além das esferas patronais, no sentido de incorporar os interesses e as necessidades dos segmentos populacionais subalternizados alvo dos serviços prestados pelas assistentes sociais (IAMAMOTO, 2010).

A instituição do Serviço Social como profissão insere-se num processo histórico de lutas e contradições que adquire algumas características e põe em conflito a sua relativa autonomia: a condição ineliminável a que se submete o assistente social ao colocar em movimento o seu exercício profissional, trata-se da sua condição de trabalhador assalariado. Ao vender a sua força de trabalho, o assistente social se vê submetido a todas as tensões que as relações entre empregado e empregador impõe, numa relação hierárquica de submissão e suscetível a determinadas expressões da questão social, como por exemplo a precarização (SANTOS, 2016).

[...] essas relações interferem decisivamente no exercício profissional, que supõe a mediação do mercado de trabalho por tratar-se de uma atividade assalariada de caráter profissional. Ela implica compra e venda da força de trabalho e a presença do equivalente geral – o dinheiro –, que expressa o valor de troca dessa força de trabalho, corporificado no salário, atestando estar essa atividade profissional inserida no reino do valor na sociedade capitalista. Assim, a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado complexo (IAMAMOTO, 2010, p. 215).

Pensa-se, ainda, que o exercício da profissão, realizado pela mediação do trabalho assalariado, subordina o trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e os impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionalidades socialmente objetivas à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à implementação do projeto profissional na sua totalidade (IAMAMOTO, 2010).

É possível inferir a partir das produções que, enquanto trabalhadoras (força de trabalho que só dispõe desta para sua reprodução) das políticas públicas, as assistentes sociais, não se confrontam diretamente com o capitalista enquanto dono dos meios de produção, mas sim com o “Estado - gestor das políticas públicas - na sua função de criar as condições gerais de produção que não podem ser

asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante.” (MANDEL, 1982, p. 333-4).

É ingenuidade pensar que os trabalhadores das políticas públicas não estejam inseridos na esfera da circulação no ciclo global do capital. Afinal, ao trocarem sua força de trabalho por renda originada de impostos que compõem o fundo público, reconhece como trabalhador produtivo o que atua na esfera produtiva do capital (RUBIN, 1980).

Partindo do axioma de que o Estado não é neutro, não está acima das classes sociais e que, para o capitalismo dos monopólios, quando o Estado desempenha, além de suas funções políticas, também funções econômicas, o Estado passa a ser o Estado do capital (NETTO, 1992). Configura-se uma tensão entre projeto profissional e trabalho assalariado que pressupõe por um lado a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, e por outro, é subordinado à alienação enquanto trabalho abstrato, impondo condições sociais objetivas à autonomia profissional (PESSANHA, 2016). Segundo um dos autores pesquisados

A materialização da direção ético-política implícita no projeto profissional e a mobilização dos elementos teóricos-metodológicos construídos historicamente pela profissão necessitam do desenvolvimento da competência técnico-operativa, relativas às estratégias e técnicas capazes de articular a ação profissional aos referenciais teóricocríticos, conferindo a tais ações o planejamento que projete a finalidade do profissional frente a realidade e aos objetivos que se pretende alcançar, implicando na necessária articulação entre sujeito e estrutura. Embora o Serviço Social se defina como profissão liberal – portador de uma autonomia profissional e passível de se inserir no mercado de forma autônoma - essa tendência não se confirmou historicamente. A tendência que se verificou foi o assalariamento que condiciona o trabalho à alienação decorrente dessa relação mercantil estabelecida com o capital (PESSANHA, 2016, p. 06).

Pensa-se que a mercantilização do trabalho irá “[...] subordinar o trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação.” (IAMAMOTO, 2007, p. 416) o que condicionará socialmente a autonomia profissional, a condução do trabalho e, conseqüentemente, a implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2007).

Em tempos de flexibilização, o trabalho profissional da assistente social além de ser submetido à alienação do seu caráter social, submete-se às relações e condições de trabalho que variam conforme o espaço sócio-ocupacional, interferindo na autonomia da profissional e impondo limites objetivos à afirmação do projeto

ético-político (PESSANHA, 2016). Contudo, afirmar a direção do projeto ético-profissional exige a construção de estratégias político-profissionais que não só estabeleçam alianças nos seus espaços sócio-ocupacionais, mas também se articulam como os movimentos sociais, orientados pelos mesmos princípios éticos e políticos (IAMAMOTO, 2009).

Compreender a assistente social como trabalhadora em tempos de reestruturação produtiva, supõe entendê-la como parte da classe que é explorada pela lógica do capital (SILVA, 2016). De acordo com os artigos, em meio aos processos de precarização do mundo do trabalho, se vincula ao entendimento sobre quem é a classe trabalhadora na atual configuração do capitalismo contemporâneo. Para Antunes (2009), seu conceito amplia-se para a categoria de “classe-que-vive-do-trabalho”. Essa compreensão abrangeria todos aqueles que vivem da exploração da sua força de trabalho, inclusive as assistentes sociais nos derivados processos de trabalho aos quais se inserem.

De acordo com os autores estudados, cabe às assistentes sociais, a tarefa de pensar a respeito do trabalho na sociedade capitalista, e da função social invertida que este vem sendo representado. Através da sua racionalização, passa a não mais estar voltado para a emancipação do homem, enquanto atividade ontológica criadora da sociabilidade humana e de desenvolvimento de possibilidades e habilidades (WALHERS, 2016). Porém, não pode deixar de ser destacado que a capacidade é ontológica, inerente a esta dimensão da vida humana.

Se historicamente o trabalho emancipa e humaniza o homem, na sociedade burguesa, ocorre uma contradição, pois passa a se tornar em instrumento de coisificação do homem, de alienação e de estranhamento (WALHERS, 2016). Isso, conforme dados coletados no estudo, ocasiona um ciclo recorrente entre a profissão de serviço social onde as

[...] atividades “práticas” do exercício profissional encobrem as reais relações entre Estado e sociedade civil. Os instrumentos e técnicas passam a determinar o trabalho. Trabalho e instrumentos e técnicas passam a ser sinônimos. O trabalho é compreendido a partir da efetivação da utilização dos instrumentos como a realização de entrevistas, de atendimentos infundáveis (...). Os instrumentos e técnicas são ainda compreendidos como a máxima do trabalho e passíveis de garantir a autonomia profissional (AQUINO; OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 08).

O que ocasiona um distanciando das assistentes sociais do seu objeto de intervenção profissional, condicionando os atendimentos em “meros

encaminhamentos” sem intencionalidade alguma, recorrente da falta de condições de trabalho presente na flexibilização.

3 O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS CONCEPÇÕES DE GESTÃO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

“A ideia da gestão é não ter linhas claras para poder responder o que dá na telha.” (LIMA, 2017, p.17).

O estudo dos artigos evidencia que os resultados dos processos de gestão do trabalho repercutiram, a partir de 1970, no que chamamos de reestruturação produtiva. Elementos como o trabalho intensificado, flexibilizado e precarizado, tem se colocado como limites à execução das políticas sociais que passam a se desenvolver sob a égide do projeto neoliberal e de uma nova etapa no padrão de acumulação capitalista. Uma nova era de precarização estrutural do trabalho vem sendo vivenciada nas últimas décadas diante das transformações que incidem no uso da força de trabalho, contratação e gestão. Antunes (2005) denomina de “nova morfologia do trabalho” as mudanças ocorridas nas formas de organização e relações do trabalho, gerando processos continuados de flexibilização, entre eles: o trabalho escravo, o trabalho infantil, a informalização, a insegurança e desproteção, os subcontratos, os empregos temporários, etc.

É nesse contexto, de diferentes processos de trabalho, que as assistentes sociais estão inseridas. Ter a gestão como um meio para materializar o trabalho em diferentes campos, principalmente nas políticas públicas exige, antes de qualquer coisa, a compreensão da direção ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão.

A reestruturação produtiva, de acordo com os dados evidenciados nos artigos, aponta para uma época de regressão de direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa do mercado e do capital, objetivando a personificação da democracia, das liberdades e da civilização (PRAÇA, 2016). Ocorre o crescimento das desigualdades e com ele a redução de direitos sociais, políticos e civis (IAMAMOTO, 2005).

De acordo com as exposições acima, dois caminhos são vistos como importantes a partir da utilização da gestão como instrumento de trabalho: o primeiro consiste na percepção que as alterações sociais, propiciadas pelo neoliberalismo, vão contra ao atual projeto profissional - que é fruto da ruptura com o conservadorismo e do compromisso com a classe trabalhadora. O segundo está

associado à capacidade de desdobramentos do trabalho da assistente social no âmbito da gestão, com vistas às respostas coletivas, a fim de organizar as novas configurações do trabalho profissional (PRAÇA, 2016). As novas formas de gestão das políticas sociais exigem um nível de conhecimento técnico ampliado com vistas à compreensão crítica das condições políticas em que estas exigências são colocadas, principalmente no que se refere ao desmonte das políticas sociais por parte do Estado, fragilizando, assim, os direitos sociais (SARMENTO, 1999).

3.1 Semelhanças e diferenças acerca das concepções de gestão

“Nosso comprometimento é anterior à gestão... é de se pensar quem vai governar, afinal, o SUAS funciona do jeito que o governo quer!” (LIMA, 2017, p.17).

A gestão das políticas sociais, analisada, principalmente a partir da Constituição Cidadã (1988) ganha uma nova configuração, vista como um processo positivo de descentralização, novas formas de financiamento e o controle social como um aliado. A descentralização vai ser referenciada desde a sua dimensão administrativa até os processos de operacionalização da política, pactuando as três esferas de governo em um comando único (MONTEIRO; PRAÇA, 2016).

Nesta perspectiva, entende-se por gestão descentralizada e participativa, a gestão intergovernamental, mediante divisão de responsabilidades entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal na condução e financiamento do conjunto das ações políticas sociais e controle na aplicação dos recursos. Nesta ótica, a governabilidade social democrática, participativa e controlada exige habilidades técnicas e políticas sofisticadas do Estado, para assegurar o processo de descentralização (PERES; ALVES, 2009, p.75).

O processo de descentralização aponta, desde o princípio, uma nova forma de planejamento e gestão, possibilitando tanto a articulação entre as esferas de governo quanto o tratamento horizontal através da relação usuários, trabalhadores e prestadores de serviços (RAICHELIS, 1984).

O reordenamento institucional - que altera a constituição do fundo público e as relações entre os entes federativos - trazido na Constituição de 1988, aponta também para as novas formas de financiamento das políticas sociais e para a instituição de novos instrumentos de gestão financeira, como por exemplo o Plano Plurianual-PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentária-LDO (MONTEIRO; PRAÇA, 2016). Neste sentido o orçamento não é apenas um instrumento de planejamento e

sim o reflexo da vida política de uma sociedade na medida em que revela os gastos e as receitas (SALVADOR, 2010).

Os artigos analisados abordam a importância de constituir espaços descentralizados a fim de garantir os direitos de acordo com as prioridades. Ainda, o estabelecimento de fundos específicos para as políticas sociais que agilizam a materialização e a descentralização da execução orçamentária.

Esses novos instrumentos de gestão financeira vão demandar novos saberes, novas requisições, bem como novas competências em cada esfera de governo. O Planejamento Orçamentário e a gestão financeira é responsabilidade do poder executivo, o processo de manutenção e elaboração dos instrumentos normativos são efetuados pelos trabalhadores das políticas sociais. Neste contexto esse é um espaço que precisa ser qualificado, na medida em que constitui-se como fundamental na gestão da política e na efetivação de direitos, portanto representa muito mais do que um espaço operacional, mas sobretudo político (MONTEIRO; PRAÇA, 2016, p. 07).

A questão financeira ficou sob apropriação de economistas, contadores e administradores por muito tempo. É provocativo pensar a inserção do Serviço Social neste espaço, especialmente porque o planejamento financeiro exige, como em todas as outras formas de incidir nas políticas sociais, um viés político, afinal, trata-se da materialização das prioridades a serem atendidas pelas mesmas.

O controle social, sobretudo nos materiais pesquisados, é apontado como uma “inovação” na gestão a partir da Constituição Federal e visto como um avanço democrático para as políticas sociais na medida em que incorpora a participação social nos processos decisórios (MONTEIRO; PRAÇA, 2016) buscando romper com a lógica privatista, patrimonialista e corporativista que caracterizou os processos decisórios no âmbito das políticas sociais, com vistas a fortalecer uma concepção de política pública (NEVES, 2012).

O processo de consolidação do controle social vai se expressar a partir de diferentes instâncias, que se constituem de forma complementar. Entre elas destacamos os conselhos¹¹ das políticas e as conferências¹² públicas setoriais que devem ser realizadas em cada instância de governo. Cabe analisar o processo de

¹¹ Os conselhos são considerados condutos formais de participação social, institucionalmente reconhecidos, com competências definidas em estatuto legal, com o objetivo de realizar o controle social de políticas públicas setoriais ou de defesa de segmentos específicos. Sua função é garantir, portanto, os princípios da participação da sociedade nos processos de decisão, definição e operacionalização das políticas públicas, emanadas da Constituição (GOMES, 2000, p. 166).

¹² As Conferências são eventos que devem ser realizados periodicamente para discutir as políticas sociais de cada esfera e propor diretrizes de ação. As deliberações das conferências devem ser entendidas enquanto norteadoras da implantação das políticas e, portanto, influenciar as discussões travadas nos diversos conselhos (BRAVO, 2009, p. 396).

consolidação do controle social para além das condições objetivas - estrutura, financiamento e implementação - direcionando o olhar para as condições subjetivas referentes à efetiva participação da população, transparência no processo de condução, capacitação efetiva dos membros, etc. (MONTEIRO; PRAÇA, 2016).

O Estado em um contexto neoliberal tem como principais características a privatização, a focalização das políticas e a absorção da gestão gerencial da esfera privada. As mudanças do Estado são acompanhadas pela discussão sobre a “[...] urgência de dotar a gestão da seguridade de maior eficiência e competitividade” (BARBOSA, 2004 p. 53) nas quais passa a ser priorizada a dimensão técnica no lugar da dimensão política. Para isso, restringe-se a responsabilidade do Estado no que se refere à proteção social, a ponto de submetê-la a descentralização, focalização e privatização.

A gestão é “[...] entendida como política de gerenciamento por meio de técnicas várias, entre elas a administração e o planejamento, com fim de controlar a relação recursos, objetivos e serviço produzido.” (BARBOSA, 2004, p. 66). De acordo com a pesquisa bibliográfica três grandes concepções de gestão puderam ser destacadas, entre elas: a gestão gerencialista, a gestão social e a gestão democrática.

3.1.1 A gestão gerencialista como resultado do reordenamento do Estado

“Estar inserido em um cargo de gestão pressupõe ser um gestor.”
(LIMA, 2017, p.17).

Para a consolidação das mudanças impostas, segundo informações encontradas nos materiais pesquisados, o modelo gerencial foi utilizado como principal referencial de gestão na administração pública, tendo como objetivo a flexibilização administrativa, viés adotado pela reestruturação produtiva (FILHO; GURGEL, 2016). Considerando que administrar é “[...] utilizar racionalmente recursos para a realização de fins determinados.” (PARO, 2006, p.18) a conjuntura atual busca um único pensamento e uma única solução para a crise, de encontro ao ideário burguês, afinal, justifica as brutas reformas do Estado (cortar os direitos da classe trabalhadora e ampliar as garantias do capital) que torna as instituições públicas seguidoras dos princípios neoprodutivistas (ALVES, 2014).

A colonização do Brasil e os processos de modificações ocorridos no mundo do trabalho abrem um leque de observações que justificam o ciclo vicioso desse sistema político-econômico, que naturaliza a utilização de respostas conservadoras para a precarização dos direitos sociais e trabalhistas (VALLE; LEITE; FERREIRA, 2016). Esta herança histórico-nacional, somada a uma concentração de capital sem precedentes, abre espaço para a introjeção e naturalização das teorias de gestão (VALLE; LEITE; FERREIRA, 2016) mediante um discurso ideológico que visa reavivar e afirmar “[...] os princípios individualistas do liberalismo conservador, ainda que se apresentem sob formas pós-modernas.” (GURGEL, 2003, p. 16).

Conforme a pesquisa desenvolvida, o capitalismo contemporâneo retrata uma “disseminação pós-moderna” que dá sustentabilidade à retórica gerencial que aportam conceitos e práticas como: “empreendedorismo”, “mediação de conflitos”, “qualidade de vida no trabalho”, “responsabilidade social”, “chefia e lideranças”, “gestão por competências”, “programação neurolinguística”, “coach”, dentre outros. Esta disseminação da perspectiva gerencialista, é um sistema de personalidade narcísica, agressiva, pragmática, sem estados de alma, centrado sobre a ação e não tanto sobre a reflexão, disposto a tudo para ter sucesso. Afinal, o empregado tem a possibilidade de projetar na empresa, ou na política pública, o seu próprio ideal de onipotência e de excelência e, ao mesmo tempo, introjeta o ideal de expansão e de conquista proposto pela mesma (VALLE; LEITE; FERREIRA, 2016).

Neste contexto, é possível inferir como uma das evidências obtidas por meio da análise que a disseminação da ideologia toyotista pode ser vista na gestão gerencialista dos processos de trabalho no setor de serviços e na administração pública; contribui para a afirmação de uma perversidade como característica do ethos da gestão capitalista do trabalho humano (ALVES, 2014). A implicação desse processo resulta na perda de subjetividade do homem que trabalha, envolvendo-o emocional e afetivamente com o conteúdo de sua atividade laboral (VALLE; LEITE; FERREIRA, 2016). Afinal, as fúrias do interesse privado atravessam substantivamente todo o mundo do trabalho, de maneira que a qualidade de vida no emprego não pode mais ser aferida pelos seus vínculos contratuais, devendo-se observar, principalmente, a relação entre o trabalho e vida que advém, apenas, daquela experiência de trabalho assalariado (MARX, 2006).

A gestão gerencial priorizará a otimização dos recursos e exigirá resultados maximizados, referenciada por uma produtividade relacionada à ótica privada. “A

cobrança de resultados pode ser entendida como forma de intensificação num sentido subjetivo.” (DAL ROSSO, 2008, p. 131) exigindo que os trabalhadores apresentem resultados mesmo sem ter condições adequadas para isso (precarização das políticas sociais, redução de quadro de pessoal, etc). As técnicas adotadas por essa gestão baseiam-se nas de “gestão por resultado”, uma forma de intensificar o trabalho

[...] referem-se mais ao ritmo e à velocidade do trabalho, às cobranças e às exigências, ao volume de tarefas, às características do trabalho intelectual demandante, ao peso da responsabilidade e, em menor escala, ao espírito de competição (DAL ROSSO, 2008, p. 188).

Portanto, é possível identificar, dentre os achados da investigação que diversos impactos causados pela gestão do trabalho flexível ou gestão gerencialista, dentro das empresas privadas ou nos setores públicos, entre eles estão: o enfraquecimento e a desmobilização do funcionalismo público, o aumento dos cargos de comissão, o aumento dos contratos temporários e em consequência disso a rotatividade dos profissionais, entre outras. Causando, assim, impedimentos para o acompanhamento e a qualidade de prestação de serviços, interferindo diretamente na operacionalização das políticas públicas, bem como o acesso e permanência dos sujeitos.

3.1.2 Gestão Social

“Enquanto servidores, nós fazemos frente de combate à precarização ou só empurramos com a barriga, terceirizamos e garantimos o mínimo dos mínimos aos usuários?” (LIMA, 2017, p.17).

O conteúdo do banco de dados aponta que gestão social é “[...] mais uma estratégia do capital na direção de cada vez mais aperfeiçoar seus métodos de controle e exploração da classe trabalhadora.” (CARVALHO, 2002, p. 229). A gestão do social no desenvolvimento do capital é introduzida especialmente através do denominado terceiro setor, que chega ao Brasil, e demais países da América Latina, na década de 1990 (MAIA, 2005). Apesar das diferenças destas origens, o terceiro setor acaba constituindo-se, no nosso país, em “espaço” de disseminação dos valores e práticas neoliberais (MONTAÑO, 2002) desenvolvidas junto às

organizações sociais da sociedade civil, ampliadas com a presença de fundações e empresas filantrópicas advindas do campo do mercado (MAIA, 2005).

A gestão social, sob a perspectiva de autores da área da administração, encontrada nos artigos pesquisados, é vista como uma gestão de estratégias e processos, visando à transformação da sociedade (MACIEL; BORDIN, 2016) ou seja, como processo em que a dimensão social se torna um dos componentes essenciais do conjunto da reprodução social, incorporando “[...] nas decisões empresariais, ministeriais, comunitárias ou individuais, as diversas dimensões e os diversos impactos que cada ação pode ter em termos de qualidade de vida” (DOWBOR, 2006, p.10). A atividade econômica passa a ser um meio, e o bem-estar social o fim, em que se faz necessário “[...] repensar formas de organização social e a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social.” (DOWBOR, 2006, p.16). Ainda sob a perspectiva da administração o campo de gestão social, ou de gestão do desenvolvimento social, também pode ser entendido como um reflexo das práticas e do conhecimento construído por múltiplas disciplinas, delineando-se uma proposta multiparadigmática, de natureza interdisciplinar (MACIEL; BORDIN, 2016). “Aprende-se com as práticas, e o conhecimento se organiza para iluminar a prática.” (FISCHER et al., 2006, p. 797). A autora compreende a Gestão social como o campo do desenvolvimento - processo social, a partir de múltiplas origens e interesses, mediados por relações de poder, de conflito e de aprendizagem (MACIEL; BORDIN, 2016).

A perspectiva de Gestão Social, do ponto de vista de uma autora que escreve sobre o serviço social, é também vista como Gestão de estratégias e processos que respondam à questão social, é compreendida de acordo com a concepção a seguir:

[...] gestão social como um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário, emancipatório e transformador. É fundada, nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade. Construção realizada em pactuação democrática, nos âmbitos local, nacional e municipal; entre os agentes das esferas da sociedade civil, sociedade política e da economia, com efetiva participação dos cidadãos historicamente excluídos dos processos de distribuição das riquezas e do poder (MAIA, 2005, p. 78).

A gestão é vista como um modelo “[...] intimamente vinculada às questões axiológicas e a um projeto político.” (PRATES, 1995, p. 100). Neste caso, ela se evidencia nos artigos pesquisados como um meio para conduzir as políticas sociais.

Os autores que compreendem a Gestão Social, no âmbito da Gestão das políticas sociais, sustentam que essa relação se expressa da seguinte forma:

[...] um conjunto de estratégias voltadas à reprodução da vida social no âmbito privilegiado dos serviços – embora não se limite a eles – na esfera do consumo social, não se submetendo à lógica mercantil. A gestão social ocupa-se, portanto, da ampliação do acesso à riqueza social – material e imaterial -, na forma de fruição de bens, recursos e serviços, entendida como direito social, sob valores democráticos, como equidade, universalidade e justiça social (SILVA, 2004, p.32).

A gestão social baseia-se em valores democráticos como equidade e justiça social, diferente da gestão gerencialista

Se trata da gestão das ações sociais públicas, sendo que a gestão do social é a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. E as respostas a essas demandas e necessidades são as políticas sociais, os programas e projetos sociais. A gestão social tem um compromisso, com a sociedade e com os cidadãos, de assegurar por meio das políticas e programas públicos o acesso efetivo aos bens, serviços e riquezas societárias. Por isso mesmo, precisa ser estratégica e consequente (CARVALHO, 1999, p. 28).

E por fim, pode-se apontar como achados da pesquisa que existem autores que vinculam Gestão Social com a Gestão das Organizações, onde a Gestão Social é entendida como um espaço de relações sociais:

[...] processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008, p. 158).

Da mesma forma que

[...] o processo de organização, decisão e produção de bens públicos de proteção social, que se desenvolve perseguindo uma missão institucional e articulando os públicos constituintes, envolvidos em uma organização que tende a incorporar atributos do espaço público não estatal, na abordagem que faz da questão social. Esses atributos são os elementos que, de forma coordenada e convergente, devem ser observados e tomados como parâmetros no desenvolvimento do processo de gestão (CABRAL, 2007, p.134).

De acordo com as teorias explícitas, o tema da Gestão Social, segundo o estudo, pode ser visto a partir de dois ângulos: o que alimenta o capital, a serviço deste, e o prestador de serviços, que atua diretamente nas expressões da questão social. A segunda, vista como importante, afinal, “[...] a crescente importância da gestão e manipulação de conhecimentos, devem ser convertidos em capacidade de

equacionamento de necessidades humanas, de modo a assegurar melhor qualidade de vida para todos.” (SILVA, 2004, p.52). Ainda, é importante destacar entre os achados a Administração e o Serviço Social como campos de objetos distintos: o Serviço Social tem como seu objeto a questão social e suas múltiplas expressões; enquanto a Administração, ou gestão, define-se como “[...] modo racional e calculado de ordenar os meios para atingir resultados.” (NOGUEIRA, 2007, p. 30) o que não é um problema, considerando o serviço social “beber” da fonte administrativa para atuar na gestão diante de sua direção ético-política.

3.1.3 *Gestão democrática*

“Dependemos de uma gestão que é partidária.” (LIMA, 2017, p.17).

Constata-se que a construção de uma sociedade que ofereça um instrumento mais eficiente que a democracia, segundo Netto (1990) deve ser constituído a partir da própria democracia. Para pensar as possibilidades, o autor trabalha com as categorias “democracia-método” e “democracia condição social”. A primeira entendida como “[...] o conjunto de mecanismos institucionais que [...] permitem, por sobre a vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais.” e a segunda refere-se a um “[...] ordenamento societário em que todos, a par da livre expressão de opiniões e opções política e sociais, têm iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social.” (NETTO, 1990, p. 84-85). É possível evidenciar as conexões existentes entre a estrutura política (método) e o ordenamento econômico (condição social). A democracia-método - possível na estrutura capitalista - é considerada como instrumento para construir a democracia, condição social que só se efetiva a partir do momento de tomada do poder pela classe operária. A partir disso, é reconhecida a necessidade de direitos civis e políticos, dentro do sistema capitalista, para o processo de tomada de poder dos trabalhadores (NETTO, 1990).

O processo de democratização, no contexto da reflexão sobre emancipação política e emancipação humana, deve contribuir para a superação do capital através da transformação das condições subalternas de vida, visando universalizar os direitos civis, políticos e sociais (FILHO; GURGEL, 2016). A expansão da emancipação política, associada à contribuição para a construção da emancipação

humana, é o horizonte ao qual a gestão deve estar submetida. Considera-se a impossibilidade da imediaticidade de efetivação, afinal, sabe-se que os espaços organizacionais de gestão estão comprometidos com a finalidade capitalista e essa proposição de gestão é contraditória à ordem do capital, causando tensionamentos.

Nesse sentido, diferente da gestão gerencialista e da gestão social que trabalha ou pode trabalhar a serviço do capital, como análise dos materiais investigados, é possível inferir que os gestores democráticos viverão em permanentes conflitos com as instituições que atuam, sendo estes comprometidos com a democratização da sociedade, diferentemente da finalidade das instituições que estão inseridos, sejam elas empresa, organizações da sociedade civil ou Estado (FILHO; GURGEL, 2016).

Nesse formato pensa-se na superação da ordem capitalista, transformando as condições de vida das classes subalternas e ampliando a garantia de direitos.

Contudo, o processo de reconhecimento e apropriação, implica em conhecimento sobre a gestão e capacidade técnica do profissional em desenvolver funções gerenciais propositivas e emancipatórias, considerando sempre a realidade conjuntural que permeia o desenvolvimento do trabalho profissional no cotidiano. [...] A gestão destaca-se como tendência que precisa ser apreendidos com clareza pelos assistentes sociais, pois significa apreender novas formas de realizar o trabalho profissional (BENEVIDES, 2016, p. 11).

Para além do conhecimento sobre gestão e do direcionamento político dos gestores, constata-se que alguns recursos são necessários, dentre eles a necessidade de sempre colocar em pauta, criticamente, as finalidades imediatas e mediatas da organização em que atua. Ainda a realização de ações que possam possibilitar a participação dos membros da própria organização e, principalmente, dos usuários/beneficiários da instituição atuante. Esta última é fundamental e deve ser um dos elementos estruturais, porém, o conjunto de ações implica a possibilidade de concebermos a administração no campo do fortalecimento do processo de democratização (FILHO; GURGEL, 2016).

3.2 A gestão do trabalho e o trabalho na gestão

“Estamos em um lugar que em tese deveria oferecer respostas técnicas e alternativas que viabilizem o trabalho. Mas, hoje a gente tá nesse papel de opressor, de exigir que se cumpra, de administrar o precário.”
(LIMA, 2017, p.17).

Acompanha-se, cada vez mais, os assistentes sociais vivenciando a gestão, o que tem demandado profissionais qualificados para tal, tendo em vista a formação profissional e o conhecimento no âmbito das políticas públicas. As bibliografias estudadas demonstraram a inserção profissional a partir dos anos 1990, quando se consolidam como trabalhadoras em espaços de instituições públicas, privadas e entidades socioassistenciais. A diversidade dos espaços sócio-ocupacionais demonstra que o profissional transita por ações de naturezas distintas, que perpassam atendimento direto, planejamento, formulação e gestão das políticas sociais (MIOTO, 2009).

A ideia da reestruturação produtiva, inicialmente, de acordo com o que se evidencia no material analisado, foi de se gestar um Estado com menores custos e com burocracias que privilegiasse este, visando o desenvolvimento econômico e exigindo aos profissionais potencializar suas formas de intervenção, um desafio que consistia em “[...] traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social.” (IAMAMOTO, 2005, p. 36). Junto ao contexto das modificações, as novas expressões da questão social exigem “novas competências” profissionais. Ainda, respostas ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, dadas pela categoria profissional ao largo dos anos, tecendo dilemas e desafios, o que se materializa através da Lei nº 8662/93 que regulamenta sobre as atribuições privativas e competências dos assistentes sociais, podendo ser destacados alguns dos incisos do Art. 4º

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil (BRASIL, 1993).

Tais incisos demonstram novas orientações aos profissionais que, inicialmente, eram contratados apenas para operacionalizar as políticas públicas, e que pós reconceituação, ganham ressignificado crítico para a atuação profissional, inclusive na gestão e no planejamento dessas políticas. A partir dos anos 1980 a profissão ganha uma “maioridade intelectual” (NETTO, 1996). No mesmo período ocorre o que o autor chamou de “transição”, onde os profissionais de serviço social

passaram a formular as políticas sociais e não somente atuar como executores terminais das mesmas. Momento em que a profissão é reconhecida, mesmo não sendo uma ciência, que produz conhecimento e detém domínio no campo das políticas sociais (NETTO, 1992). Bem como se manifestou das mais diversas formas e abordagens teóricas, tanto em nível da micro atuação, no sentido de pensar sua inserção em distintos processos de trabalho, como na macro atuação através da contribuição da categoria com projetos de planejamento social (PRAÇA; MONTEIRO, 2016).

Ao analisar os dados da pesquisa é possível perceber que a relação do serviço social com as políticas sociais sempre esteve presente no interior da profissão e é essa relação que vai se fazer presente durante as configurações da identidade profissional (PRAÇA; MONTEIRO, 2016). Logo, o debate acerca do planejamento atravessa essa trajetória, portanto a racionalidade como "[...] atributo essencial do processo de ação planejada do Serviço Social foi fator desencadeador para a conformação e o reconhecimento da profissão." (BARBOSA, 1981, p. 61). Com relação à esta característica endógena, pensa-se que

[...] esta não é uma prerrogativa exclusiva da profissão, entretanto, têm sido notório a assessoria neste campo, o que vem a demonstrar que o Serviço Social, frente às outras profissões, vem sendo identificado como sujeito produtor e propositor nestes assuntos (MATOS; BRAVO, 2006, p. 45).

As assistentes sociais estão sendo chamadas para atuar em cargos de gestão e

É no processo de planejamento, execução e avaliação de estratégias e ações que o assistente social vai se formando/transformando num "recurso vivo", cada vez mais qualificado. Construindo e consolidando a sistematização, a análise, a crítica e a avaliação de sua prática e fortalecendo seus princípios, seus valores, seus compromissos, seus objetivos (VASCONCELOS, 2006 p. 15).

O processo de gestão, não exclusivo das assistentes sociais (porém com grande reconhecimento teórico-prático na intervenção política) é visto como um desafio para a categoria, afinal

[...] a supervisão, seja ela de projetos, programas e políticas sociais e de equipes/assistentes sociais e estagiários é atravessada pelas contradições da realidade social, na qual encontra-se inserida a instituição e os sujeitos sociais e políticos. Nela comparecem um conjuntos de interesses e demandas divergentes, e muitas vezes, antagônicos (GUERRA, 2000, p. 09).

É possível observar os inúmeros conflitos presentes nesses espaços de arena, de acordo com os materiais pesquisados, afinal, a cultura profissional de democratizar as decisões e de assegurar o cumprimento do dever ético de levar “ao pé da letra” uma gestão cujas decisões são coletivizadas, nem sempre é possibilitada e/ou bem vista/quista em função de ser um espaço cujos diferentes projetos de sociedade estão em disputa. É um

[...] espaço de publicização de interesses heterogêneos, de confrontos de práticas sociais contraditórias e de luta pela hegemonia político-cultural em torno de projetos societários. Assim concebida, a esfera pública envolve necessariamente a organização de segmentos da sociedade civil ante projetos políticos e, portanto, a representação de interesses coletivos de grupos e classes sociais contrapostos. (RAICHELIS, 1998, p. 82).

Contudo, para que esses conflitos sejam explicitados é necessário torná-los visíveis no espaço público que é o lugar, por excelência, onde os projetos sociais podem se confrontar e se diferenciar, as pactuações podem ocorrer, as alianças estratégicas podem ser estabelecidas. Os desafios são diversos e a necessidade de reflexão sobre o trabalho e as formas de garantir os princípios democráticos, de ampliação do acesso como tendência à universalização de direitos, frente a uma equipe ou de uma política/programa com vistas a garantia de compromisso com a qualidade dos serviços prestados são essenciais (SALGADO, 2016). “Ora, é esse contexto que altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera processos de trabalho e as condições em que se realizam” (IAMAMOTO, 2007, p. 253).

É oportuno pensar quais são as possíveis contribuições do Serviço Social no planejamento/gestão de políticas sociais, resgatando as competências operacionais, tecnocráticas e administrativas, que são demandas frente a essas novas estruturas que se colocam com os novos formatos e conteúdos das políticas sociais. Porém, isso só tem sentido se articulado com a dimensão política, respaldada pela compreensão de mundo, pelo conjunto de valores e princípios que norteiam o fazer profissional (BAPTISTA, 2000). Ainda, o papel desses profissionais indica a plena capacidade teórico-política desta categoria para com a garantia dos direitos e a difusão na gestão dos princípios éticos da profissão como o maior legado a ser deixado pelo Serviço Social (SALGADO, 2016).

A partir dos artigos pesquisados, é possível identificar diversos aspectos sobre a “responsabilização dos gestores” pelo simples fato de estarem ocupando essa função.

Portanto, o profissional deve conhecer e aprimorar suas habilidades e competências, colocando-as em prática. Adaptar-se às novas exigências do mercado e não recusar os desafios de trabalho também são pré-requisitos para aqueles que almejam se destacar profissionalmente (SALGADO, 2016, p. 07).

Pensa-se no reflexo da reestruturação produtiva para com esses profissionais. Existe uma lógica presente tanto na administração pública, quanto na privada referente ao processo de tomada de decisão, inerente à condição de estar atuando neste cargo, é tido como algo que deve ser centralizado e individualizado, confrontando-se diretamente com os pressupostos éticos do Serviço Social. Conforme Artigo onze do Código de Ética que versa sobre as vedações ao (à) assistente social: “alínea b- prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade” (CFESS, 1993). A individualização do trabalho é posta a partir de um ciclo evidenciada por dois aspectos: o primeiro se refere ao gestor, que individualiza o seu trabalho não democratizando e nem possibilitando a participação dos demais nesse espaço. Ao mesmo tempo, é individualizado e responsabilizado pela garantia de um “bom” desenvolvimento da política. O segundo aspecto se refere à individualização do profissional executor das políticas, que é submetido à uma individualização das ações, precisando dar conta das demandas sem orientações; tendo como consequência um trabalho polivalente de ambas as partes, despersonalizando o coletivo. Essa proposta de profissionais polivalentes e individuais expressa um modelo de gestão gerencialista, de acordo com a reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho.

Mas afinal, qual gestão o serviço social deveria seguir? Existe uma direção que se espera desses profissionais, vinculado ao projeto ético-político da profissão, baseado em categorias como: participação, descentralização do poder, autogestão... Se esses aspectos não forem alcançados, não é uma gestão “adequada” para o trabalho das assistentes sociais?

A relação dialética existente entre a gestão e o trabalho pode ser analisada através das manifestações explicitadas acima, de acordo com a pesquisa realizada. A gestão e o planejamento sempre estiveram presentes no seio da categoria profissional, num primeiro momento de forma mais pragmática, operacional e

tecnocrática, depois do processo de intenção de ruptura (NETTO, 1996) passa a incorporar uma dimensão ético-política. Porém, para se materializar uma gestão democrática, acreditada/vista pelo serviço social, é necessário que o profissional passe por um percurso árduo, com disputas intensas de projetos de sociedade, correndo o risco de ser (cor) rompido pelo sistema político (também partidário) encontrado nesses espaços, a fim de possibilitar articulações e formas de conquistas profissionais. É nesses momentos que os trabalhadores precisam estar mais atentos, afinal, é recorrente a utilização de novas nomenclaturas (democrática, autogestão etc) em velhas formas (de controle, de fiscalização, de individualização) (IAMAMOTO, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“Já ultrapassamos os afazeres da assistência, precisamos de mais políticas.” (LIMA, 2017, p.17).

A pesquisa evidencia que os determinantes históricos para a construção do Sistema de Proteção Social pautaram-se no desenvolvimento das forças produtivas, nas estratégias da dinâmica do desenvolvimento capitalista e no nível de socialização política (MOTA, 2011). A política social é a síntese de múltiplas determinações, ou seja, por ela passam questões econômicas, políticas, culturais, entre outras, bem como há também uma densidade histórica, pois busca os traços particulares dos processos sociais globais na realidade brasileira (BEHRING, 1993). As políticas sociais são contraditórias (NETTO, 1992), atendem às demandas das classes subalternizadas quando da reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho, incorporadas pelo Estado, parceiro do capital, para manutenção da lei geral de acumulação do capital (MARX, 1998).

Inevitavelmente a política de assistência social está inserida nesse cenário histórico, e por muito tempo, reproduziu as características conservadoras e contraditórias das políticas sociais. Somente a partir da Constituição de 1988 passou a ser considerada não mais como assistencialista, somente, mas sim sob a égide estrutural de política pública garantidora de direitos. Sendo assim, apesar de ainda ter um caráter compensatório e paliativo, compreende-se a política social como produto dos processos históricos.

Um dos espaços sócio-ocupacionais onde as assistentes sociais ocupam cargos de gestão é a política de assistência social. Por ser executada com orçamento da Seguridade Social, que requer diálogo com a saúde e previdência social (BRASIL, 2009), a organização das políticas públicas, neste cenário complexo e diversificado, assumiu características decisivas, expressando um campo repleto de contradições do ponto de vista de suas racionalidades, repercutindo positiva ou negativamente nas competências e atribuições das assistentes sociais.

No processo de identificação da categoria, percebe-se que o público e o privado passam a ter uma centralidade no que diz respeito às formas como os processos de trabalho são organizados e gerenciados no âmbito das políticas

públicas (ALMEIDA; ALENCAR, 2011). A política de assistência social não é objeto de interesses do mercado, como alvo de mercantilização de serviços (BRASIL, 1988). No entanto, percebe-se que está submetida a interesses de setores da sociedade civil que disputam espaços políticos para práticas que se configuram ora como conservadoras, clientelistas, ora como integrantes de experiências inovadoras no campo das garantias de direitos (BARROS, 2016).

4.1 Breve histórico

“Estamos a serviço da precarização da política pública, já repararam?”
(LIMA, 2017, p.17).

Segundo o estudo, a Constituição Federal de 1988 institui a assistência social como uma das políticas do sistema de Seguridade Social e, pela primeira vez, ultrapassa o campo do clientelismo para política pública (BARROS, 2016). Outro passo legal para o reconhecimento da assistência social no campo dos direitos, legitimados através das demandas dos usuários, sob responsabilidade do Estado foi a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei federal nº. 8.742, aprovada em 07 de dezembro de 1993, que veio regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988.

Outra legislação importante para o histórico da Assistência Social foi a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004, aprovada em 15 de outubro pelo Conselho Nacional de Assistência Social e publicada pela resolução nº 145 no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004. Essa, além de reafirmar a Constituição de 1988 também é responsável pela reafirmação da própria LOAS, com vistas a uma nova caracterização, na perspectiva da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS, além de propor uma articulação com outras políticas públicas e organizações não governamentais (YASBEK, 2006), representa uma nova concepção de organização de serviços, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob o critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada, regionalizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (BARROS, 2016). Fortalecer a atuação dos Conselhos de Assistência Social, estimular a participação da sociedade civil no controle social das políticas

públicas, incluindo o advento das conferências de assistência social, é uma matéria particular do SUAS. Da mesma forma, esse fortalecimento alcançou as instâncias de pactuação, como as Comissões Intergestores da política de assistência social, com respeito às deliberações desses setores.

No ano de 2006, foi instituída a Resolução CNAS n. 269, que se trata da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), que prevê a formação de equipes de referência, que devem ser constituídas por servidores efetivos, responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial. De acordo com o processo estabelecido para a implementação do SUAS, ao ofertar os serviços socioassistenciais tipificados, as unidades CRAS e CREAS deverão garantir a existência da equipe de referência, conforme o disposto na NOB-RH/SUAS (LIMA, 2017).

Em Porto Alegre, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) é a responsável pela concretização, passando por um processo histórico com relação à implementação da política pública de assistência social. No ano de 2007, teve início o processo de avaliação, pela Prefeitura, para a implantação do SUAS. Em 2010 e 2011, a Fundação trabalhou no reordenamento institucional, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), que estabelece a descrição dos serviços por níveis de proteção e complexidade, não especificando, necessariamente, o papel do gestor desses serviços.

A *Proteção Social Básica*, que tem por objetivo a prevenção, sob formas de antecipar as situações de risco, sendo que os serviços responsáveis pela efetivação dessa proteção são os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), é vista como “porta de entrada” para a política de assistência (PORTO ALEGRE, 2016). Já a *Proteção Social Especial* (constituída pelas Coordenações de Média e Alta Complexidade) tem por objetivo a proteção social de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violência física e/ou psicológica, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, abandono, entre outras; tendo os CREAS, abrigos, acolhimentos, albergues, centros dia e instituições de longa permanência como serviços responsáveis (PORTO ALEGRE, 2016).

Pós implementação do SUAS, ocorreram alguns movimentos de equipes de gestão da FASC no sentido da busca pelo fortalecimento da teoria do trabalho técnico e de formas de democratização da gestão. Não existem documentos oficiais que abordam tal período (2014 e 2015), porém, relatos de trabalhadores da gestão sinalizam que houveram tentativas de implementar esse processo.

Atualmente, a Fundação vem sofrendo mudanças em função do quadro profissional, que está se adequando de acordo com as “parcerias” com as entidades socioassistenciais conveniadas, que materializam um modelo de gestão social, principalmente a partir do marco regulatório no final dos anos de 1990 que vem sendo atualizado gradativamente, como o exemplo da última Lei 13.019 de 2014 que trata do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Entende-se a importância dos serviços oferecidos por estas entidades, sendo esses de grande relevância para a política, no entanto, é fundamental sinalizar a necessidade de permanentes reflexões acerca desta temática, assim como a do papel do Estado na relação com as entidades socioassistenciais do SUAS. “Destaca-se a relevância da efetiva presença do Estado nas suas responsabilidades e primazia no âmbito da assistência social.” (FERNANDES; BINKOWSKI, 2016, p. 24) afinal, tanto na construção da cidadania ou do próprio espaço estatal, fala-se de direitos sociais a partir do que é, de fato, garantido pelo Estado. No entanto, seus limites centram-se, evidentemente, na incapacidade de redução dos níveis de desigualdade social (COUTO et al., 2010). A FASC é uma instância política, que tem por objetivo ofertar serviços, programas e benefícios que promovam a inclusão de cidadãos, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social (PORTO ALEGRE, 2016). Por constituir a gestão da política, a FASC tem como usuários os próprios trabalhadores dos equipamentos, orientados pelas equipes da sede, assim como em vários municípios do Brasil, que contam com uma centralização da política em nível de gestão.

4.2 A gestão da política de assistência social

“À medida que estamos suprindo os buracos da política, estamos fazendo com que funcione de forma precária, qual o limite? Não conseguimos pensar os usuários sem atendimento, né?” (LIMA, 2017, p.17).

O processo de gestão do SUAS tem o papel de politizar e dar visibilidade aos interesses da população usuária da assistência social no país (YAZBEK, 2006). Pós promulgação e construção das bases legais do SUAS exigiu-se pensar e discutir a gestão como uma estratégia. Evidencia-se que a gestão proposta pela Política Nacional de Assistência Social (2004) pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS, a partir das indicações e deliberações das Conferências e dos Conselhos.

As Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestoras Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs), constituem espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da Política. A descentralização permite o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação. No entanto, a compreensão de que a gestão democrática vai muito além de inovação gerencial ou de novas tecnologias é bastante limitada, a centralização ainda é uma marca a ser superada (BRASIL, 2004).

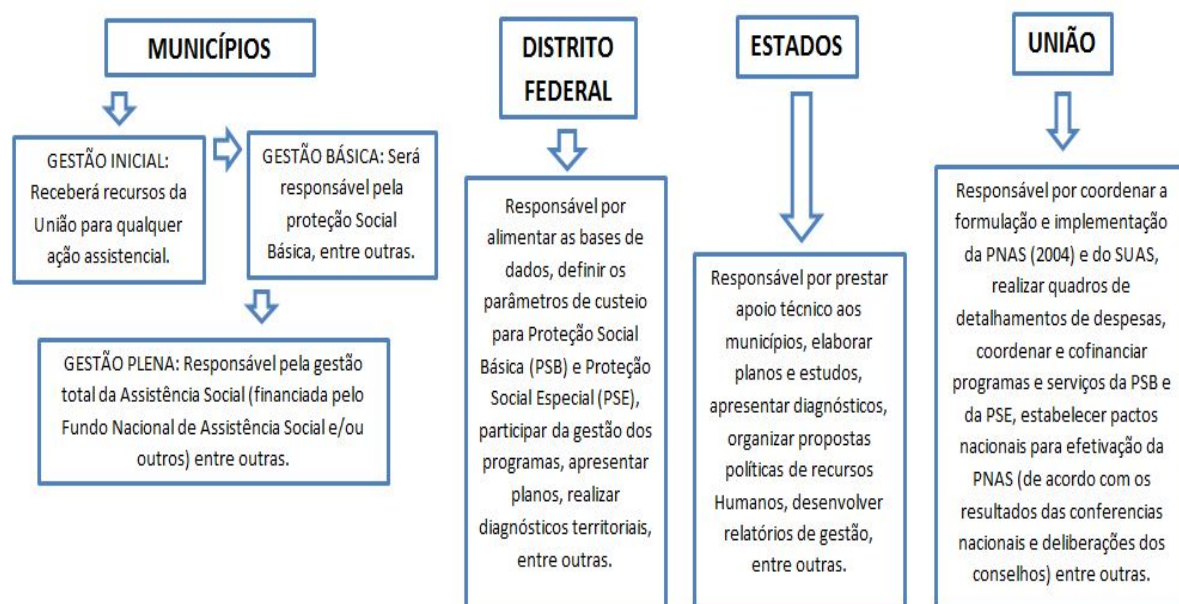
Um dos objetivos da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) é transformar a política de assistência social em uma política realmente federativa, por meio da cooperação efetiva entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Contudo, os municípios, o Distrito Federal e os estados possuem grandes diferenças em sua capacidade econômica e de gestão. Por isso, ao lado do princípio da subsidiariedade, merece destaque o princípio da cooperação. Primeiro, é necessário verificar se a cooperação federativa pode suprir as deficiências da instância local, reservando-se a intervenção das instâncias federativas centrais como último recurso. Dessa maneira, no desenho de suas políticas públicas, os entes federativos devem procurar reservar uma abertura para a cooperação de outros entes. Através da subsidiariedade e da cooperação reforçam-se, assim, as instâncias locais e regionais (BRASIL, 2005, p. 97).

O Consórcio Público surge como uma opção para a otimização de recursos humanos e financeiros, com o objetivo de atender às demandas de gestão regionais e não como uma forma de desresponsabilização do município (BRASIL, 2005).

O SUAS comporta quatro tipos de gestão: dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, conforme imagem abaixo é possível identificar algumas características e responsabilidades de cada uma delas:

Figura 1 - Tipos de gestão do SUAS



Fonte: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em 14 de maio de 2018. Sistematizada pela autora.

As três esferas de governo participam de uma gestão compartilhada (cada uma com suas atribuições e competências definidas), o que possibilitou maior responsabilidade e encargos aos municípios e estados, que não foram acompanhados de cofinanciamento equilibrado que pudesse dar suporte às estratégias de intervenção locais, para que promovessem uma maior aproximação e adequação à realidade. Tal fato culmina com o não cumprimento do paradigma do SUAS, mesmo após todos esses anos de implementação da LOAS (LIRA; BARROS, 2016).

A resolução de número 17 de 20 de Junho de 2011, definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS prevê a gestão do trabalho, essa enquanto necessária para o funcionamento e organização do sistema, pautada em algumas características como: novos desenhos organizacionais; educação permanente; desprecarização do trabalho; avaliação de desempenho; adequação dos perfis profissionais às

necessidades do SUAS; processos de negociação do trabalho; sistemas de informações e trocas; planos de carreira, entre outras.

A pesquisa instiga pensar que a assistência social tem sido um lócus privilegiado da atuação do serviço social (IAMAMOTO, 2010). Porém, considerando as mudanças percebidas nesta política, principalmente com a organização do SUAS, várias outras categorias profissionais passaram a ser chamadas a pensar e executar tal política. A NOB-RH/SUAS ratifica e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social. Seu Art. 3º fala que são categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional, etc.¹³

4.3 A inserção das assistentes sociais na política de assistência social

“Estar nessa posição de gestão é difícil, tu precisa dizer não e as equipes te cobram igual” (LIMA, 2017, p.17).

Frente a este processo de estudo e análises é importante refletir sobre a inserção das assistentes sociais na política de assistência social desde o início. A participação da categoria na constituição, desenvolvimento e reestruturação dessa política, em diferentes esferas do governo, foi crucial para sua implementação. Os desafios recorrentes quanto ao reconhecimento como política pública, de direito do cidadão e dever do Estado, são perceptíveis, assim como as dificuldades para qualificação da intervenção profissional a fim de superar ações fragmentadas, pontuais e focalizadas (LIRA; BARROS, 2016). E também do rompimento do histórico

[...] de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas e descontínuas, do qual são expressões emblemáticas a cultura autoritária, patrimonialista e clientelista e o primeiro damismo persistente [...] (RAICHELIS, 2010, p. 760).

¹³ A referida resolução diz ainda em seu Art. 4º que os profissionais de nível superior que integram as equipes de referência e gestão do SUAS deverão possuir: I - Diploma de curso de graduação emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC; II – Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver.

A atuação da assistente social na política de assistência social requer o domínio intelectual para compreender a legislação (seus objetivos, princípios, diretrizes, etc), entender seu papel na equipe, que na maioria das vezes é interdisciplinar, e de identificar e efetivar a intersectorialidade entre a rede SUAS e as demais políticas públicas e instituições (LIRA; BARROS, 2016).

O quinto princípio fundamental do Código de Ética do serviço social fala sobre o posicionamento em favor da equidade e justiça social, universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Vê-se a gestão democrática como um instrumento importante para a materialização do projeto societário que essa profissão almeja. Outro ponto importante a ser observado é a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, essas, que são espaços sócio-institucionais (públicos e privados) que vinculam e acolhem a profissão historicamente, assim como o caso da Política de Assistência Social que, a partir dos anos 1990, passou pelo processo de reordenamento das políticas de seguridade social e requisitou assistentes sociais para atuar na estruturação institucional, na organização e gestão dos serviços (LIRA; BARROS, 2016).

Conforme preconiza a NOB-RH/SUAS as assistentes sociais são preferencialmente responsáveis por cargos de gestão. É possível perceber que no contexto da reestruturação produtiva, as assistentes sociais ganham espaço nos níveis de assessoria, gerência e consultoria das organizações. A expansão exigiu atribuições a partir de procedimentos organizacionais elaborados na lógica da racionalidade burguesa impactada pela reestruturação produtiva. Ainda, exigiu das profissionais competências no âmbito do planejamento e da execução das políticas públicas, formas diferenciadas de pensar os instrumentos, que, neste caso, não são mais voltados somente para o relacionamento direto com os usuários dos serviços (IAMAMOTO, 2007).

Evidencia-se, também, nas produções, que os cargos de gestão são vistos como importantes para a consolidação do SUAS, além de ser um importante espaço de exercício profissional. Sugere-se que para cada esfera de governo, garanta-se um “[...] quadro de referência de profissionais designados para o exercício das funções essenciais de gestão.” (BRASIL, 2011, p. 35). Pautada no pressuposto que a assistência social é uma política pública de dever do Estado e direito do cidadão, o

SUAS credibiliza, ainda mais, os quadros profissionais concursados em todo território nacional.

A NOB-RH/SUAS evidencia que, as respectivas profissões no seu exercício profissional, deverão elaborar rotinas e protocolos específicos que normatizam e regulamentam a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial, primando pelos seguintes princípios: defesa intransigente dos direitos socioassistenciais, compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais, promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende, proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e resgatando sua história de vida. Assim como ter compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade, reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social; incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção, garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras); entre outros. Tais princípios assemelham-se aos princípios éticos da categoria profissional o que exige uma direção norteadora tanto profissional quanto da política de assistência social.

Mesmo a assistente social sendo visto enquanto uma profissional pertinente para pensar a PNAS e atuar em cargos que possibilitem esse tipo de intervenção por meio de um direcionamento ético-político - assim como a política - está submetido aos constrangimentos das relações sociais de produção, onde avança sobre o trabalho e sobre as conquistas sociais. É um desafio superar um trabalho com viés estritamente tecnicista e produtivista, decorrente do contorno Gerencial que o Estado vem adquirindo e conseqüentemente contribuindo, dessa forma, para a precarização do trabalho da assistente social e para maior relativização de sua autonomia profissional (PESSANHA, 2016).

As assistentes sociais, inseridas em espaços de gestão na política de assistência social de Porto Alegre possuem as mesmas atribuições e os mesmos

objetivos previstos para qualquer outro profissional da equipe. A diferença será a intencionalidade da ação.

As possibilidades de atuação profissional não podem ser desvinculadas das condições e processos em que se realiza o trabalho. É nesse sentido que as competências e atribuições profissionais devem se inserir também na perspectiva da gestão do trabalho em seu sentido mais amplo, que contempla ao menos três dimensões indissociáveis: as atividades exercidas pelos/as trabalhadores/as, as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício (CFESS, 2011, p.32).

O olhar da assistente social, em seu papel enquanto gestora, também é de articular as informações aos usuários - que nesse caso serão os técnicos - no intuito de democratizar as informações discutidas e problematizadas em espaços políticos de tomadas de decisão. Nesse sentido, o Código de Ética (CFESS, 1993) orienta que é dever do profissional contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais e garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais. O trabalho voltado aos usuários da gestão é no sentido de prestar serviços para elaboração e avaliação dos equipamentos/instrumentos, a fim de subsidiar as equipes com bases nas dimensões do planejamento da política de assistência social. Pensa-se, sobretudo, no reconhecimento do fenômeno dentro do próprio espaço de trabalho do assistente social e da possibilidade de agir sobre este pensando dialeticamente na modificação de tal realidade.

4.4 Vivências na gestão da proteção social especial na Fundação de Assistência Social e Cidadania a partir do Estágio em Serviço Social

“Gerir a pobreza está cada vez mais difícil, só reduzimos os danos em um país cada vez mais desigual e quem precisa resolver isso são os nossos trabalhadores.” (LIMA, 2017, p.17).

As vivências e as ideias que constituem os relatos são frutos da inserção realizada pela autora no período de Estágio Curricular I, II e III na Proteção Social Especial (PSE) da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) - responsável pela gestão da Política de Assistência Social, que atende e orienta diversos serviços de proteção básica e especial; de baixa, alta e média complexidade, localizados em diversos territórios do município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. De acordo com Sousa (2008), as instituições são “formas”, produtos históricos de uma sociedade instituinte que produzem e reproduzem as relações sociais e se instrumentalizam em estabelecimentos e/ou dispositivos.

Ao longo do estágio curricular obrigatório, realizado desde o segundo semestre do ano de 2016, até o segundo semestre de 2017, foram acompanhadas e desenvolvidas diversas atividades de campo. As ações, de forma geral, tiveram como principal objetivo a observação do trabalho de uma profissional de Serviço Social inserida na instituição e os desdobramentos que tal observação proporcionara na gestão da política.

A instituição, permeada por contradições, vista como uma “arena” (local de disputas de projetos de sociedade) carrega a categoria trabalho como um “dilema” (falta de condições materiais e humanas de trabalho) para os profissionais inseridos com o objetivo de garantir a materialização e o fortalecimento do SUAS. É importante lembrar que existem dimensões da gestão do trabalho no SUAS que também devem ser consideradas, para além das condições e relações de trabalho, das condições institucionais, que implicam considerar o respaldo formal-jurídico, como também as relações de poder nas instituições que refletem relações presentes na sociedade.

Além dos desafios vistos a partir das disputas de projetos de sociedade, existem ainda as desigualdades espaciais oriundas da própria estrutura administrativa, financeira e de gestão do município, bem como as questões históricas no que se refere à distribuição de recursos para as políticas públicas (e

a ausência de planejamento intersetorial, mesmo com a “materialização” do SUAS), a estrutura física e material inadequada, recursos humanos pouco qualificados e em quantidade reduzida, e ausência de articulação das ações intersetoriais das políticas sociais (LIRA; BARROS, 2016), etc.

4.4.1 A precarização do trabalho na Assistência Social como um agravante para a consumação desse direito

“Não conseguimos dar conta de novas estratégias para o trabalho, estamos sempre focados nos problemas da precarização.” (LIMA, 2017, p.17).

A partir da inserção da autora na instituição e em diversas atividades, a principal expressão da questão social identificada e analisada é a precarização do trabalho, vista também como categoria que se destaca nos dados analisados da pesquisa, das mais variadas formas dentro das equipes da PSE, em âmbito de gestão e execução dos serviços. Como exemplo, a falta de materiais mínimos para atuação profissional (salas, computadores, etc), falta de transporte para locomoção (considerado forte instrumento para atuação na gestão), falta de quadro de pessoal para compor a equipe e para compor as necessidades da instituição (recursos humanos, administrativos, higienização, serviços gerais, etc), falta de orientações técnicas em âmbito de gestão (para poder disponibilizar orientações técnicas aos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços que executam a política), falta de materiais de higiene, entre outras formas de precarização vivenciadas pelos trabalhadores da FASC.

Os parâmetros de atuação do assistente social da gestão no SUAS atenta para tal fato, e diz que

As possibilidades de atuação profissional não podem ser desvinculadas das condições e processos em que se realiza o trabalho. É nesse sentido que as competências e atribuições profissionais devem se inserir na perspectiva da gestão do trabalho em seu sentido mais amplo, que contempla ao menos três dimensões indissociáveis: as atividades exercidas pelos/as trabalhadores/as, as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício. A garantia e articulação dessas dimensões são fundamentais para que os/as trabalhadores/as possam atuar na perspectiva de efetivar a política de Assistência Social e materializar o acesso da população aos direitos sociais. A natureza da atuação dos/as profissionais referenciada neste documento está, em grande medida, condicionada à realização das demais dimensões. O estabelecimento de relações de trabalho estáveis, a garantia institucional e condições e meios necessários à realização das atividades são indispensáveis para o exercício profissional. Nessa perspectiva, o trabalho

precarizado que se manifesta na ausência das dimensões anteriormente citadas, nos baixos salários, na elevada carga de trabalho, na alta rotatividade, na inexistência de possibilidades institucionais para atender às demandas dos/as usuários/ as, entre outros, é um obstáculo para a atuação profissional, para a universalização das políticas sociais, para as relações entre trabalhadores/as e usuários/as e para a qualidade e continuidade dos programas, projetos e serviços (CFESS, 2011, p. 32).

Diz respeito às dificuldades de atuação profissional na gestão, dos espaços onde deveriam ser para garantia de direitos e acabam fortalecendo demais expressões da questão social

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. (CFESS, 2011, p.18)

Conforme citado nos capítulos anteriores, o reflexo da sociedade regida pelo ideário neoliberal, baseada em determinantes socioeconômicos, aos quais as assistentes sociais estão inseridas enquanto profissionais, atua diante das relações de poder estabelecidas. Embora as profissionais cheguem com objetivos críticos, muitas vezes acabam se alienando e perdem a si mesmos e a seu trabalho no capitalismo.

O exercício profissional no SUAS, oferece condições propícias à precarização e alienação profissional: com poucos investimentos na rede de serviço, equipamentos sociais insuficientes, precarização do trabalho, controle gerencial, dentre outros. Essas determinações sociais podem interferir no trabalho do assistente social limitando o exercício da sua relativa autonomia, distanciando o serviço social dos seus objetivos. No entanto, o trabalho no SUAS, apresenta a possibilidade de a profissão nesse quadro de correlação de forças apresentar saídas distintas na medida em que, os assistente sociais, na condição de intelectuais dotados de consciência individual e coletiva dominam as categorias ontológicas, reflexivas e explicativas da realidade superando as condições objetivas manifestas, assim como o domínio institucional (BRAGA; MOTA, 2016, p. 05).

A precarização do trabalho, juntamente com a alienação, causa estranhamento do produtor para com o que é produzido. Neste caso, a expressão da questão social latente, ainda, entra em um processo que conduz a sociedade a uma ordem social alienada: desigualdade crescente, pobreza em meio a plenitude, antagonismo social e luta de classes (MARX, 1983).

A precarização do trabalho na gestão da PSE pode ser uma das causas da centralidade nas ações profissionais enquanto uma equipe individualista com relação aos demais serviços. O fato pode se dar a partir do momento que a equipe tenta dar conta das próprias dificuldades na sede, não conseguindo olhar com mais

atenção para os serviços e atividades de fora, que também estão sofrendo com a precarização.

A equipe da PSE desenvolve um trabalho interdisciplinar, gerenciado por uma equipe multiprofissional, que vem sendo reduzida constantemente, formada por profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Direito, Engenharia Mecânica (assistente administrativo) e Química. Enquanto gestores, os trabalhadores estão inseridos em diferentes linhas de execução, das ações próprias da PSE, não necessariamente desenvolvendo atividades dentro da sua área de formação ou com as mesmas diretrizes.

A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorrem de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFESS, 2011, p. 27).

O trabalho no âmbito da gestão é imprescindível, contudo, ainda se configura como um desafio para o cotidiano dos profissionais. Observa-se, muitas vezes, em reuniões de equipe, por exemplo, que a fusão dos objetivos, que em determinado momento eram diferentes, ocorre de tal forma que a contribuição a partir de diferentes saberes se perde, na tentativa de um “consenso”¹⁴.

Uma das estratégias encontradas nas produções da pesquisa realizada, sinaliza a Educação Permanente como potente aliada e que poderia, neste caso, romper com a disputa de saberes (que pode vir a acontecer) e dar visibilidade às possibilidades de complementaridade entre as diversas áreas de saber, com o suporte teórico necessário, superando um mero consenso, buscando um agregado de saberes tendo em vista a efetivação da política de Assistência Social. Os espaços ocupados pela equipe da PSE para tratar somente de assuntos deliberativos poderiam ser melhor aproveitados, pois seriam ricos para desenvolver a Educação Permanente. Na FASC, evidencia-se que esses espaços são constituídos e acontecem semanalmente durante as reuniões de equipe, onde todos os profissionais participam e possuem o direito de opinar, inclusive as estagiárias.

¹⁴ O consenso é importante perante a uma equipe de gestão, porém, neste caso, especifica-se a importância de diferentes saberes serem vistos e estarem atuando coletivamente para a construção de formas de materialização da política de assistência social, e não ser apenas um consenso.

Dentro desse espaço, observou-se a problematização coletiva das demandas, sem que essas possam ser pensadas e articuladas dentre todos os saberes. Em muitas situações (na FASC e nos relatos a partir das produções pesquisadas) as resoluções são imediatas, fugindo da reflexão sobre a educação e o trabalho, o que acarreta em um esvaziamento teórico, com falta de planejamento, que deveriam ser expressões intrínsecas à gestão.

No campo de conhecimento do Serviço Social, o Planejamento é conceituado como: [...] processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico. Como processo metódico de abordagem racional e científica, supõe uma seqüência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimentos teóricos, científicos e técnicos (BAPTISTA, 2000, p.13).

Considera-se relevante destacar a utilização de demais espaços (reuniões da equipe gestora e dessa com os serviços executores da política) para suprir demandas administrativas, quando na verdade poderiam ser momentos de planejamento e construção coletiva entre os profissionais, o que acaba por caracterizar a gestão como gerencialista. Isso, devido ao fato de as principais pautas estarem focadas nas condições (impossibilidades) de trabalho e os temas técnicos e teóricos são deixados para segundo plano. Contextualiza-se esta realidade a partir dos impactos oriundos da reestruturação produtiva, sendo destacados pelos profissionais a sobrecarga de trabalho e imposição de parâmetros de produtividade, encaminhando-se para um trabalho com características tecnicistas – ao exigir respostas imediatas e restritas às demandas institucionais - com procedimentos e rotinas pré-estabelecidas institucionalmente (PESSANHA, 2016).

A aproximação crítica e preocupada com os processos coletivos de trabalho que envolvem os sujeitos que operacionalizam, neste caso, a política de assistência social, poderia acarretar melhorias na equipe (FERNANDES; BINKOWSKI, 2016). Processos estes, que são capazes de movimentos instituintes que podem incidir na organização e nos processos de trabalho, mas que, fundamentalmente, podem consolidar projetos societários que vislumbra uma sociedade democrática e garantidora de direitos sociais.

Afinal, a superação das desigualdades sociais por meio de políticas de desenvolvimento social, neste caso a política de proteção social não contributiva, requer a instauração de um conjunto de programas, projetos e serviços que estejam à serviço da população vulnerável que vivenciam

cotidianamente diferentes expressões da questão social. Ações estas que precisam ser avaliadas não somente em seus aspectos quantitativos, mas em seus processos, buscando aferir resultados e impactos para que se possa repensar opções políticas e programáticas no campo da assistência social, em especial em sua política de educação permanente (FERNANDES; BINKOWSKI, 2016, p. 08).

Ou seja, a problematização e a construção coletiva pode possibilitar aos trabalhadores um espaço de crescimento democrático do conhecimento. Onde a política é, não só construída, mas também materializada (o que é visto como um desafio diário) a partir das vivências e experiências do dia a dia dos trabalhadores, e, conseqüentemente, da equipe como um todo, assim como os relatos encontrados na pesquisa.

O SUAS estabelece a importância dos investimentos nos quadros profissionais, aponta para a necessidade de reconfiguração dos quadros técnicos, visando à profissionalização e à qualificação dos trabalhadores da política de assistência social (CORDEIRO; ÁVILA, 2016). Constata-se a defesa do interesse coletivo a partir dos quadros de profissionais que atuam na política de assistência social, “[...] os sujeitos comprometidos com sua feição pública buscam construir um projeto de resistência e de ruptura frente à implosão de direitos alimentada pelo ideário neoliberal [...]” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 37).

Além dessas características indicadas acima, a precarização do exercício profissional se expressa por meio

[...] da desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário [...] (GUERRA, 2010, p. 719).

É, portanto, esse contexto diverso, heterogêneo, multifacetado que caracteriza a classe trabalhadora na contemporaneidade, em que homens e mulheres convivem com, flexibilização e retirada de direitos (ANTUNES, 2009). Conclui-se, entretanto, que a precarização é um emaranhado de problemas históricos que a fundação vem sofrendo, fortalecidos pela atual gestão, e que, a existência de orientações claras enquanto o papel dos gestores de uma política, não resolveria todos os problemas, porém, dariam uma direção para possíveis formas de solucioná-los através de um projeto de sociedade diferente - pensado e articulado coletivamente por meio de espaços coletivos de formação e de Educação Permanente - do que é proposto atualmente pelas direções. Pensa-se que a implementação do SUAS no município de Porto Alegre exige não só novas formas

de gestão e regulamentação do trabalho, mas também, ampliação do número de trabalhadores concursados (estabilidade funcional é primordial) e processos continuados de educação permanente (de formação e qualificação) (COUTO et al., 2010).

Os achados da pesquisa assemelham-se à experiência vivenciada na gestão da política de assistência social de Porto Alegre. Praticamente todos os artigos que abordam algum tipo de política pública falam sobre a assistência social (dentro todas as categorias: trabalho, assistência social e gestão). Todos os municípios citados, durante as buscas nos bancos de dados, estão passando pelas mesmas dificuldades de Porto Alegre. Cabe ressaltar a alienação do trabalho como uma constante, vista a partir das diferentes formas de precarização enfrentada pelos profissionais.

Outro achado importante é de que quem mais escreve, com relação às autorias dos artigos lidos, são as pessoas inseridas na academia, mestrandas e graduandas, porém, os objetos de estudo são as trabalhadoras e os trabalhadores da ponta¹⁵ (as falas e as contribuições desses). São os principais responsáveis pelas produções dos artigos. O que está faltando para também serem autoras (es) e produtoras (es) de conhecimento acerca das próprias reflexões e análises sobre seu trabalho? A precarização do SUAS pode ser a principal resposta depois de todas as exposições, está impedindo a produção teórica desses profissionais diante dos desfechos da conjuntura baseada na precarização, sobrecarga, falta de espaços de formação, alienação, etc.

¹⁵ Os trabalhadores e trabalhadoras da ponta, neste trabalho, referem-se aos técnicos atuantes dos equipamentos de execução da Política de assistência Social e não, necessariamente, da gestão.

5 O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO COM VISTAS À GARANTIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO

“Compromisso político está ligado com a postura ética e a formação.”
(LIMA, 2017, p.17).

Ao analisar as produções que versam sobre o trabalho da assistente social identificam-se os desafios anunciados no que se refere à consolidação do Projeto Ético-Político (PEP) frente a precarização vivenciada nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Ainda, cabe ressaltar a importância da dinâmica histórica (da própria profissão e das instituições empregadoras) e do risco de as assistentes sociais caírem em armadilhas de um discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas que não são capazes de elucidar as bases concretas de sua objetivação histórica (IAMAMOTO, 2007).

O projeto ético-político profissional do Serviço Social tem como referência valores emancipatórios, se vinculando “[...] a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.” (NETTO, 1999, p. 105). Ele se expressa no atual Código de Ética Profissional do Assistente Social, possuindo uma dimensão ética e política profissional, que envolve escolhas teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais de Serviço Social (SOUZA, 2016). O Código de Ética de 1993, as diretrizes curriculares e a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93) materializam o movimento de rompimento da categoria com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, recorrendo à tradição marxista como eixo teórico fundamentador dos aportes legais da formação e do exercício profissional (PESSANHA, 2016).

Além destes achados da pesquisa, cujas produções reiteram a compreensão crítica da direção social assumida pelo PEP, compreende-se que as dificuldades para materialização do atual projeto profissional estão para além do avanço do capital financeiro e da redução de recursos para as políticas públicas, cuja ênfase nesta produção é a política de assistência social.

A resistência contra a hegemonia do capital é um exercício também de militância, de tencionar na direção da emancipação humana e política. É fundamental a identificação de sujeitos coletivos - movimentos sociais - com a finalidade de fortalecer suas propostas, além de incorporá-las nos espaços que

ocupam, usando do espaço institucional para o fortalecimento de suas lutas (IAMAMOTO, 2010). Pensa-se, portanto, que a materialização do PET depende de movimentos para além do exercício profissional, afinal, este vislumbra um projeto de sociedade que precisa se consolidar no cotidiano do trabalho de cada profissional.

5.1 Delineamentos sobre o projeto ético-político da profissão

“Estamos amarrados, me sinto cansada, não conseguimos exercer nosso direito ético, profissional e nem jurídico!” (LIMA, 2017, p.17).

O PEP tem suas bases na perspectiva da intenção de ruptura, conforme citado

Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 1999, p. 104-105).

Os princípios fundamentais apresentados no Código de Ética do Assistente Social de 1993 explicitam: a defesa da democracia, do pluralismo, da justiça social e dos direitos humanos; o reconhecimento da liberdade como valor central; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, a ampliação e consolidação da cidadania, dentre outros (CFESS, 1993). É um projeto profissional alinhado com um projeto de sociedade em que a dominação e exploração de classe, etnia e gênero estejam superadas (PESSANHA, 2016).

Através dos delineamentos éticos e políticos tenta-se chegar à essência do objeto em questão, e através dele, realizar a intervenção. Para tal, são utilizadas as categorias de análise do método dialético crítico, baseado em Marx, como por exemplo, a cotidianidade, historicidade, contradição, entre outras; tendo em vista a materialização de uma nova sociabilidade contra hegemônica ao neoliberalismo. Além da utilização das categorias de análise do método, são três, as dimensões que dão materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social: **1) Dimensão da produção do conhecimento no interior do Serviço Social** – ampliação da

produção do conhecimento sobre o Serviço Social, especialmente com as pós-graduações; **2) dimensão político organizativa da categoria** – ressaltam-se os fóruns representativos da profissão, fundamentalmente o conjunto CRESS/CFESS e associações político profissionais e acadêmicas; **3) dimensão jurídica-política da profissão** – legitimadas especialmente na Lei que Regulamenta a Profissão 8662/1993, atual Código de Ética Profissional (1993) e a novas diretrizes curriculares da profissão aprovadas pelo MEC (1993) (BRAZ, 2007).

O PEP, também é materializado pelas três dimensões das competências profissionais do Serviço Social: teórico-metodológica, técnico-operativa e a dimensão ético-política. Partindo do conhecimento da realidade concreta (teórico-metodológica) é necessária a operacionalização do trabalho profissional. Dessa maneira, a dimensão técnico-operativa aborda as questões de estratégias de intervenção, sendo elas os instrumentos e as técnicas. É preciso destacar que o profissional vive em uma constante busca de intencionalidade e finalidade, tendo como base a reflexão crítica, o diálogo, as práticas e a realidade concreta do usuário. Isso exigirá formas de atuação, instrumentos ou técnicas diferentes, que deem conta das demandas estipuladas pela instituição (LIMA, 2017).

A dimensão teórico-metodológica trata dos embasamentos teóricos e metodológicos que permitem ao profissional desvelar os diversos aspectos, para além da pseudoconcreticidade, que se apresentam na realidade concreta do ser social (LIMA, 2017). Portanto, essa dimensão permite fazer uma leitura da realidade, analisando

[...] as expressões da questão social tal como elas emergem na vida cotidiana dos sujeitos, rotinas e processos de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais, nas demandas da população [...] que precisam ser desvendadas em sua imediatez (CLOSS, 2015, p. 197).

Dessa forma, a teoria e a prática não podem ser vistas como distintas ou separadas, tendo em vista a predisposição de movimentar e concretizar mediações (teórico-práticas). Ainda, é essencial destacar a importância e a manifestação da dimensão política desse projeto observado de acordo com a direção social da profissão.

Não há dúvidas de que um projeto ético-político antecede e permeia as relações estabelecidas e, na verdade, é este eixo fundamentador que dá cor e movimento e que o diferencia de outros modos de intervenção [...] (PRATES, 2003, p. 06).

Nessa perspectiva, o PEP é o elemento mediador constituído por um posicionamento crítico-reflexivo-investigativo ao sentido atribuído às expressões da questão social, materializada na realidade social dos usuários. Pode ser observado durante atuações imediatas que transformam o real concreto em real pensado em busca de uma nova ordem societária sob orientação ético-política.

5.2 Ampliando o olhar sobre a gestão do SUAS: desafios e possibilidades para materialização do PEP

“Nós enquanto gestão não temos o direito de exercer a nossa profissão como deveríamos, até porque somos um espelho...” (LIMA, 2017, p.17).

Compreende-se que a identidade profissional está ligada ao seu projeto profissional, “[...] que apresenta a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções [...]” (NETTO, 1999, p. 95). Nesta perspectiva, os achados da pesquisa se filiam a definição de que o projeto poderá traduzir a imagem social da profissão perante a sociedade (usuários, outros profissionais, empregadores), a partir da escolha de valores que compõem este projeto profissional. Assim como, argumenta-se nas produções que os projetos profissionais encontram-se inseridos dentro de projetos societários, que possuem uma relação política envolvendo disputas entre as classes sociais (SOUZA, 2016). Os projetos societários podem possuir valores conservadores ou valores transformadores, estando sempre em disputa.

Evidencia-se a compreensão, nas produções estudadas, sobre a ruptura com o conservadorismo bem como com a nova prospecção da direção social assumida pela categoria. As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pela Reconceituação do Serviço Social que possibilitou a aproximação com a teoria marxista (SOUZA, 2016). A direção social, estratégica, foi marcada por uma tentativa de ruptura com o conservadorismo da profissão através da “[...] construção do projeto profissional, fortalecido pelas lutas democráticas e pela reorganização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais organizados.” (BARROCO, 2009, p. 17).

A aproximação com as Ciências Sociais e o avanço na produção teórica também foram prerrogativas positivas para a revisão do Código de Ética Profissional. A promulgação deste, em 1993, expressa princípios e valores na perspectiva de

buscar uma identidade profissional articulada a um projeto com outra ordem societária (SOUZA, 2016). O conteúdo do Código de Ética de 1993 foi resultado da escolha de um sujeito coletivo (categoria profissional) que desvela o significado e a fundação através da importância da reflexão ética, elegendo princípios, valores e normas orientadoras para definir as estratégias de sua concretização comprometida com valores emancipatórios (BARROCO, 2004).

O Serviço Social surge e se desenvolve como profissão na divisão social do trabalho, no trato dado pelo Estado às expressões da questão social, “[...] tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, na constituição e na expansão do proletariado e da burguesia industrial.” (IAMAMOTO, 1996, p. 77). Estar inserido nesta divisão social e técnica do trabalho mantém os profissionais à condição de trabalhador assalariado, vendendo sua força de trabalho e não dispondo das condições materiais para realização de seu trabalho.

Assim, a condição de trabalhador assalariado, regulamentada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 215).

Conforme já analisado em outros dados da pesquisa e evidenciado nesta produção, reiteram-se as compreensões nos artigos investigados de que o sistema capitalista propicia a alienação do trabalhador, no momento em que o produto da sua força de trabalho se apresenta como estranho. Neste sentido, aproxima-se da relativa autonomia na condução do seu trabalho, resguardada pela legislação profissional (Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão), que poderá imprimir uma direção social baseada no projeto ético-político da profissão e que , poderá proporcionar o enfrentamento da alienação do trabalho, implicado na luta pelos interesses coletivos dos trabalhadores e seus direitos enquanto classe trabalhadora (SOUZA, 2016).

Neste caso, a autonomia do assistente social, relacionada ao projeto ético-político, é condicionada

[...] pelas lutas e tensionamentos presentes na dinâmica das sociedade de interesses de classes antagônicas em determinadas conjunturas históricas. Neste contexto, a relativa autonomia poderá sustentar uma direção do trabalho profissional compatível com as necessidades sociais do seu público alvo e aliada às forças sócio-políticas presentes. Na opção pelos interesses da classe trabalhadora implícitos nas demandas profissionais, se encontra a possibilidade de fortalecimento do projeto ético-político num contexto de orientação conservadora e redução de

recursos das políticas sociais, de avanço do capital financeiro sobre o fundo público, de superexploração do trabalho, aumento do desemprego e da refração dos movimentos sindicais (PESSANHA, 2016, p. 07).

No que diz respeito à relativa autonomia profissional, no SUAS há de se considerar inúmeros aspectos, entre eles:

1) as condições objetivas nas quais o trabalho se materializa: contrato, salário, condições materiais, etc; 2) as demandas ao profissional e a definição de competências que formam as exigências institucionais e a prática gerencial imposta pelo SUAS; 3) As ações que realiza – e ou as estratégias que o agente profissional exercita na intervenção profissional; 4) o compromisso ético político e teórico metodológico – como expressão da consciência e visão de mundo dos sujeitos profissionais. Conforme lamamoto (1999), o trabalho do assistente social dispõe de relativa autonomia por situar-se no campo de disputa de interesses das classes sociais e está atravessado por tensões. Mas este mesmo campo de disputa cria as condições reais para que o assistente social redirecione o sentido do seu exercício profissional (BRAGA; MOTA, 2016, p. 04).

A partir da investigação é possível inferir que a relativa autonomia profissional do Assistente Social no seu trabalho na Política de Assistência Social, depende para além do seu ponto de vista de classe e da relação do serviço social com as políticas públicas (na perspectiva de garantia de direitos). Depende da formação profissional que muitas vezes é desvinculada ao preconizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, do controle gerencial do SUAS - com seus sistemas de tipificações e sistematizações censitárias - da imposição aos assistentes sociais sobre forma condicionada de realizar seus serviços sócio-assistenciais desprovidos dos conteúdos teórico-metodológicos e do distanciamento entre o vivenciado no cotidiano e o direcionamento ético-político. Além disso, a perda da autonomia profissional, entre outras dependências materiais e de precarização do trabalho existente dentro do desmonte das políticas (BRAGA; MOTA, 2016).

Um dos desafios reiterados nas produções estudadas se refere ao risco que se corre, nesse processo, de as assistentes sociais se sujeitarem à imposições dos empregadores, podendo conduzir um exercício profissional voltado apenas para responder às exigências postas como prioridade pelos mesmos (SOUZA, 2016). No entanto, também evidenciou-se que as assistentes sociais sob condição de gestoras de políticas públicas possuem, além da relativa autonomia, algumas perspectivas de atuação. Uma delas é o campo (“novo”), visto como estratégico para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, afinal, estarão na função de orientar

tecnicamente, na maioria das vezes. A outra é a direção que esse projeto está sendo gestado a partir das análises críticas dos processos de intervenção no cotidiano (PRAÇA, 2016).

Nota-se a importância do protagonismo dos profissionais enquanto atuantes do SUAS, da responsabilidade de se (re)construir diariamente a partir do risco contínuo de perda de direitos. Ainda, a responsabilidade dada ao profissional de serviço social através da materialização das competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Pensa-se na realização de reflexões e análises contínuas da realidade, a fim de intervir para além da imediaticidade que é posta cotidianamente pela instituição, proporcionando a transformação do real concreto em pensado, de uma profissão que atua diretamente com as expressões da questão social manifestadas pelos usuários da política com a finalidade de viabilizar e ampliar os direitos e a emancipação humana e política, a fim de construir um novo modelo de sociedade fundada na justiça e democracia (LIRA; BARROS, 2016).

Conforme citado no capítulo anterior a gestão democrática é uma expressão da nova ordem de sociedade apoiada pelo PEP do Serviço Social, afinal, ambos preveem o princípio da separação entre público e privado. Com a ideia e a prática de soberania popular que nela se distinguem o poder e o governo – o primeiro pertence aos cidadãos que o exercem instituindo as leis e as instituições políticas ou o Estado; o segundo é uma delegação de poder, por meio de eleições para que assumam a direção da coisa pública. Isto significa que nenhum governante pode identificar-se com o poder e apropriar-se privadamente dele. Ou seja, em outras palavras, a concepção de democracia para o serviço social, impulsionada pelo seu projeto de sociedade, baseia-se na disputa da riqueza socialmente produzida (CHAUÍ, 2012).

O décimo princípio do Código de Ética Profissional é importante para pensar o PEP, pois fala do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, considerando o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. Diz respeito à importância do aprimoramento técnico para garantia da qualidade dos serviços prestados.

Neste sentido, o trabalho pauta-se na

[...] análise do significado social do trabalho profissional, na ótica da totalidade, supõe decifrar as relações sociais nas quais se realiza em contextos determinados: as condições de trabalho, o conteúdo e direção social atribuídas ao trabalho profissional, as estratégias acionadas e os resultados obtidos, o que passa pela mediação do trabalho assalariado e

pela correlação de forças econômica, política e cultural no nível societário. Articula, pois, um conjunto de determinantes a serem considerados: as particulares expressões da questão social na vida dos sujeitos, suas formas de organização e luta; o caráter dos organismos empregadores, seu quadro normativo, políticas e relações de poder que interferem na definição de competências e atribuições profissionais; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis à viabilização do trabalho (IAMAMOTO, 2006, p. 23).

Apesar de outros modelos de sociedade estarem em disputa na gestão da política de assistência social, é possível a visualização do projeto que se busca pelo Serviço Social. Este, baseado em processos reflexivos, investigativos e analíticos pela garantia plena de direitos sociais e na consolidação da cidadania.

Se o processo social abre possibilidade para a ação profissional em cada conjuntura, as alternativas não se darão mecanicamente: são fruto da capacidade teórica e política dos profissionais de se apropriarem dessas possibilidades históricas e de traduzi-las em alternativas profissionais (IAMAMOTO, 1996, p. 128).

Para além das condições objetivas de trabalho, exige-se um profissional capacitado para atuar em determinadas políticas

Implica em considerar o debate histórico do Serviço Social sobre necessidade social da profissão nos marcos do capitalismo contemporâneo, bem como implica em desenvolver pesquisas estudos direcionados que identifiquem novas demandas postas a profissão. E, sobretudo, para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formulação de propostas profissionais, isto é, na construção de programáticas de trabalho, tanto no campo da formulação de políticas sociais como de sua implementação (IAMAMOTO, 2015, p. 169).

Em tempos de reestruturação produtiva é importante destacar o compromisso dos profissionais, presente no processo de desenvolvimento da profissão, em contrapor à lógica vigente ao capital. A precarização do exercício profissional se expressa por meio da

[...] desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário [...] (GUERRA, 2010, p. 719).

Como se não bastasse, a falta de valorização dos trabalhadores da assistência social, a alta rotatividade dos serviços pela não inserção de profissionais concursados¹⁶ também é vista na pesquisa. A indicação de cargos de gestão

¹⁶ Como o caso atual da prefeitura municipal de Porto Alegre, que está com um edital de concurso vigente, porém, optou por terceirizar os trabalhadores.

meramente por critérios político-eleitorais; a ineficiência de recursos aplicados na área, entre outros, são alguns dos desafios colocados pela Assistência Social e que precisam ser enfrentados cotidianamente pelos profissionais que atuam nessa política (LIRA; BARROS, 2016).

Apesar dos avanços na discussão sobre o projeto de sociedade que se busca pelos profissionais assistentes sociais, para além da materialização no SUAS, com relação à hegemonia do PEP, a direção social se mantém e os parâmetros legais também. Os textos analisados evidenciam que o coletivo da categoria afirma essa direção nos grandes encontros (como exemplo os pesquisados CBAS e ENPESS), mas a discussão é sobre o possível distanciamento entre o que se faz e o que se anuncia como direção no Projeto Profissional. Tais questões podem instigar questionamentos sobre a restrição de uma “adesão, meramente formal” ao PEP. A hegemonia, assim como sua efetivação no cotidiano do trabalho da assistente social depende da ampliação e do fortalecimento de conquistas democráticas da categoria e das bases sociais que orientam a dimensão política da intervenção e que caminham na direção da classe trabalhadora, lutando pela sua emancipação (PESSANHA, 2016). Trata-se, assim, de enfrentamentos em busca de um acúmulo de forças que se encontram no interior da profissão e na sociedade (BARROCO, 2009).

A “[...] adesão aos princípios éticos instituídos pelo Código pressupõe um compromisso com seu projeto transformador, o que nem sempre acontece de fato nos diversos cotidianos de atuação profissional.” (SANT’ANNA, 2000, p. 82). É importante destacar que ao mesmo tempo em que a profissão amadurece com relação ao seu PEP no contexto social, as expressões da questão social aumentam e as transformações no mundo do trabalho com seus incontáveis retrocessos e impactos são vividas cotidianamente pela categoria.

O SUAS é uma política que vem sendo marcada pelos avanços neoliberais retraindo as ações do Estado para a garantia de direitos socioassistenciais. As condições de trabalho na política, para além do sucateamento dos direitos, desafia profissionais, que muitas vezes estão sujeitas a contratos de trabalho temporários, a materializar os princípios contidos no Código de Ética Profissional. Os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social implicam considerá-los como expressões das dimensões contraditórias do fazer profissional, nos quais se “[...] condensam e se confrontam concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais

e coletivos, articulados em torno de distintos projetos em disputa no espaço institucional onde se implementam políticas públicas.” (RAICHELIS, 2010, p. 752).

A gestão das políticas sociais, neste caso do SUAS, se destaca como importante instrumento de possibilidades para implementar uma gestão democrática com vistas ao projeto ético-político, porém, assim como no resto da política, a gestão também é prejudicada diante da conjuntura neoliberal posta. Os materiais pesquisados “pecaram” ao responsabilizar e culpabilizar, ainda mais, o profissional que faz a gestão de uma política em processo de desmonte e falência, exigindo que este garanta o seu projeto hegemônico, contra hegemônico ao capital, nadando contra a corrente e enfrentando as disputas de projetos de sociedade existentes dentro da arena que é a gestão.

O trabalho da Assistente Social irá depender do direcionamento ético político (avanço para a categoria ocupar cargos de gestão e poder implementá-los), porém, pensa-se no dilema que é garantir a implementação dos valores e princípios encontrados no código de ética profissional quando a orientação da gestão atual é outra. Corre-se o risco de a profissional fazer uma escolha de outra direção social, por outro projeto, diferente daquele construído a partir do Movimento Latino-Americano de Reconceituação do Serviço Social, vinculando-se a práticas que estão ligadas a um projeto societário pautado nas políticas neoliberais e/ou por interesses políticos partidários existentes. Como o caso de algumas profissionais que atuam na gestão da política de Assistência Social de Porto Alegre, que acordam com um governo neoliberal, disposto a redução de direitos sociais, atuando na gestão com práticas autoritárias, conservadoras, antidemocráticas, violadoras do Código de Ética Profissional. Questiona-se, contudo, a alienação: se é posta pela submissão/necessidade, se são apenas interesses políticos ou se é um desconhecimento da direção social que a categoria segue?

Conforme já mencionado em outros capítulos, compreende-se que a década de 1980 (pós movimento de Reconceituação) alterou o discurso teórico-metodológico da profissão e conforme análise dos achados da pesquisa, a falta de clareza do método dialético crítico marxista e de como o Serviço Social brasileiro o compreende como ponto de partida - que incidirá diretamente na compreensão de homem e de mundo - não pode ser desconsiderado. O entendimento da dimensão ético-política é fundamental, porém, na medida em que a apropriação teórica e prática desta dimensão estiver fragilizada (e de acordo com os resultados da

pesquisa, está) há o mesmo efeito. A não identificação do exercício profissional do Serviço Social na gestão é também um não reconhecimento do art. 4º da Lei de Regulamentação da profissão do assistente social (já citado anteriormente) que constitui, entre outras, competência do assistente social: I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares (BRASIL, 1993). Desta forma, faz-se necessário entender a suposta negação do exercício profissional da assistente social em cargos de gestão, uma vez que isto pode demonstrar um processo de negligenciamento da profissão e, em especial, na violação dos princípios éticos expressos em seu Código de Ética e na Lei de Regulamentação da profissão, como também a escolha por outro projeto ético-político da profissão, tornando o atual não hegemônico. Assim como referido, de acordo com os achados da pesquisa, a história do Serviço Social brasileiro auxilia a compreender esta “lacuna”, afinal, ao longo da trajetória profissional, como bem sinaliza Netto (1999), os assistentes sociais foram apenas operadores da política, executores terminais das mesmas. Isso ainda tem resquício na profissão, que atualmente é instigada a planejar, monitorar, avaliar e fazer a gestão das políticas para além de operacionalizá-las.

É essencial que a profissional tenha clareza sobre a dimensão ética e política que deve imprimir no trato da gestão, tanto como competência, como instrumento inerente de trabalho (BENEVIDES, 2016). Afinal, corre-se o risco da produção de práticas conservadoras e funcionalistas

A preocupação que move tais reflexões é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é de um novo ordenamento das relações sociais (IAMAMOTO, 2015,p. 168).

De acordo com Pessanha (2016), o PEP está radicalmente comprometido com os interesses da classe trabalhadora e com uma nova sociabilidade e isso requer identificação e alianças com os movimentos e forças sociais que partilham dos mesmos interesses. Sendo assim, reitera-se a necessidade de articulação com as forças sócio-políticas como forma de objetivação histórica do projeto ético-político no exercício profissional.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Precisamos de estratégias de sobrevivência, resiliência e resistência.”
(LIMA, 2017, p.17).

A escolha teórico-metodológica desse trabalho se referenciou na tradição marxista e buscou contribuir com a luta pela defesa das conquistas teóricas e políticas inscritas na trajetória do projeto ético-político do Serviço Social. A elaboração dessa monografia é produto da dimensão teórico metodológica agregada durante toda a formação profissional. Seu desenvolvimento buscou compreender como se dá o trabalho das assistentes sociais inseridas na gestão da política da assistência social, sob o norte do Projeto Ético Político da profissão.

Discutir o trabalho da assistente social na gestão e os desafios da consolidação do projeto ético-político foi um processo que culminou a partir da inserção no estágio curricular obrigatório na instituição de assistência social responsável pelo desenvolvimento da política pública em Porto Alegre.

Existe uma lógica pela qual os capítulos seguiram, de acordo com as categorias pesquisadas (trabalho, gestão, assistência social), oitenta e cinco (85) artigos foram investigados. A primeira categoria referiu-se ao trabalho. Foi possível notar a relevância dessa discussão desde o primeiro momento de busca pelos artigos que culminou em um grande número de achados. Para a construção do primeiro capítulo, quarenta e seis (46) artigos foram estudados com o tema. O mesmo apresenta a aproximação com as perspectivas marxianas esclareceram a centralidade do trabalho na vida do homem e da redução deste enquanto força de trabalho no sistema capitalista. Ainda, dentro desse sistema, foi possível perceber os eventos históricos que possibilitaram significativas mudanças nas concepções de trabalho até chegar no que hoje é chamada de reestruturação produtiva - um formato dependente do neoliberalismo e que se alimenta da exploração da força de trabalho, gerando impactos negativos para os trabalhadores através dos enxugamentos dos postos de trabalho e da terceirização dos serviços como uma estratégia de suprir as lacunas sociais.

A identificação do Serviço Social com o trabalho intervém na identidade profissional, isto é, na medida em que implica no rompimento com a visão assistencialista - que atravessa a profissão em sua gênese - coloca o trabalhador na condição de assalariado através da sua inserção nas relações de trabalho na

sociabilidade do capital. Porém, antes de estar participando da divisão sócio e técnica do trabalho a categoria profissional passou por um processo de “superação” das condições históricas agregadas à profissão, além das mudanças econômicas e políticas que demarcam e constituem a superação do fazer profissional. Tais mudanças foram resultados da aproximação com a teoria dialético crítica a partir do período de reconceituação, que possibilitou a consolidação da profissão do Serviço Social no Brasil e a compreensão das contradições do sistema capitalista, o que exigiu intervenção direta nas expressões da questão social e tornando essa o objeto da profissão.

É possível evidenciar a sistematização do processo de investigação que centra a análise na categoria gestão por meio do estudo realizado nos quatorze (14) artigos que foram incorporados ao segundo capítulo. Neste evidenciam-se as modificações no mundo do trabalho, que também exigiram modificações na gestão do trabalho, o que possibilitou a inserção de assistentes sociais na gestão de instituições e de políticas sociais. O processo de reordenamento do Estado, pós Constituição de 1988, altera as configurações das políticas sociais na medida em que incorpora novas concepções nos mecanismos de gestão. E, conseqüentemente, apresenta-se como importantes possibilidades para o trabalho das assistentes sociais, que passam a assumir o desafio de garantir uma política pública de direito, engajada com demais categorias profissionais e com a luta dos movimentos sociais, mesmo diante dos desafios conjunturais e estruturais. Observa-se, com isso, que o tema da gestão torna-se mais recorrente e a sua focalização diz respeito à intervenção e organização das ações em diferentes áreas do campo social e em diferentes esferas – Estado, mercado e sociedade civil.

Um dos objetivos da pesquisa era de analisar o significado crítico de gestão com vistas a contribuir para a produção teórica sobre o tema, contudo, foi possível identificar três concepções de gestão aos quais assistentes sociais se inserem, entre elas: a gestão gerencialista, a gestão social e a gestão democrática. Vê-se, criticamente, que a gestão democrática pode ser considerada ideal para o trabalho das assistentes sociais, afinal, assim como o PEP, preza pelo comprometimento com um projeto de sociedade, defesa da cidadania, qualidade dos serviços prestados, universalização do acesso e a responsabilidade do Estado na efetivação das Políticas sociais. Além do alargamento dos processos participativos e

estratégicos, na articulação com outros atores, a fim de contribuir para a efetivação de uma cultura política. Cumprindo, assim, um dos objetivos da pesquisa.

O terceiro capítulo foi constituído diante da leitura de vinte e cinco (25) artigos, os quais possibilitaram identificar a inserção das assistentes sociais na gestão da política de assistência social que ocorreu de forma articulada aos achados da pesquisa. Primeiramente foi possível identificar o formato que a gestão do SUAS é composta e, historicamente, como vem se desenvolvendo, desde as Constituição Cidadã até os dias de hoje. A inserção das assistentes sociais na política prevê, tanto na legislação do SUAS quanto nas legislações da categoria, a importância da qualidade dos serviços prestados, assim como a necessidade da participação efetiva da população usuária para garantia da democratização da gestão.

O estágio curricular obrigatório na gestão da PSE da FASC permitiu visualizar as condições precárias vividas diariamente pelos trabalhadores e trabalhadoras da política de assistência social, tendo a precarização do trabalho como expressão da questão social latente, assim como visto em todos os artigos da pesquisa que traziam a discussão da assistência social. Foi possível identificar que o sucateamento vivenciado pela política não é só um problema de Porto Alegre e sim a nível nacional.

A precarização do trabalho foi uma das respostas obtidas como um desafio para garantia do PEP, o que culminou no último capítulo, que abordou o objetivo específico da pesquisa de investigar o trabalho das assistentes sociais na gestão da Política de Assistência Social, a fim de compreender os desafios e possibilidades para a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão. Cabe, aqui, retomar a importância da indissociabilidade entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, constituintes da categoria e estratégias essenciais frente aos novos desafios encontrados nos espaços sócio-ocupacionais e na expansão da autonomia relativa profissional. A necessidade de fortalecer as dimensões é contínua, afinal, para a materialização do PEP é necessário respaldo coletivo da categoria através de sustentações das competências profissionais críticas e capazes de desvelar os fundamentos conservadores e tecnocráticos presentes nas instâncias burocráticas do Estado.

O objetivo do trabalho não foi de contribuir somente com profissionais ou instituições, mas também com os usuários das políticas públicas, neste caso, principalmente os da assistência social. Tem relevância acadêmica porque disserta

sobre a gestão, um meio do qual as assistentes sociais têm competências teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa para estarem inseridas. O que vem romper com o conservadorismo imposto tradicionalmente pela profissão, onde as profissionais apenas executavam as políticas. Para maior sustentação da superação da execução terminal das políticas sociais, vê-se, atualmente, o respaldo legal, conforme já mencionado neste Trabalho o inciso específico que versa sobre as atribuições das Assistentes Sociais nas Políticas Sociais (Art. 4º da Lei 8662) e também o respaldo teórico, por meio de inúmeras produções, que reiteram a relevância do tema.

É um estudo relevante para a política de assistência social porque não se propõe expor as fragilidades - embora o que mais tenha aparecido é a precarização que atualmente permeia essa política pública e seus espaços sócio-ocupacionais, mas, sobretudo, porque valoriza a importância da atuação das assistentes sociais nessa política, principalmente com vistas a uma gestão democrática, norteadas pelo projeto de sociedade do qual a categoria se filia.

A produção teórica pode ser vista como um dos desafios enfrentados, afinal, quase totalidade dos artigos analisados foi produzida no meio acadêmico o que pode evidenciar a falta de acesso à espaços de reflexão e de produção de conhecimento para quem está somente trabalhando com a política, um possível reflexo da precarização evidenciada, que inviabiliza a importância de esses profissionais estarem refletindo e sistematizando suas experiências, bem como uma possível justificativa para a dificuldade de garantir o norte do PEP.

Por fim, a expectativa em torno desse trabalho é que possa ser uma referência para busca de dados alusivos ao trabalho das assistentes sociais inseridas na gestão da política de assistência social. Pesquisar, sistematizar e produzir sobre essas categorias possibilitou um conhecimento mais aprofundado da temática além de instigar um olhar atencioso para uma política que está em um processo de sucateamento e a forma com que as diferentes profissionais lidam com isso.

A identificação de que a realidade é mais complexa do que pode ser condensada em um único trabalho é o que mobiliza pensar as perspectivas. A sugestão para a continuidade desse trabalho, que é desenvolvido de forma dialética, é pensar sobre as possibilidades de educação permanente e a necessária articulação coletiva da categoria, com a própria categoria, e da categoria com

movimentos da sociedade, reforçando sua dimensão político-organizativa. Considerando serem fatores importantes para a profissão e para a política de assistência social, busca-se heterogeneizar o PEP, para além de sua legislação, de forma consciente, que as profissionais possam estar filiadas a um projeto de sociedade do qual compreendem e acreditam, para que assim, possam garantir qualidade nos serviços prestados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011

ALVES, Giovanni. Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Editora Praxis, 2014.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva** – Ensaio de sociologia do trabalho. Bauru: Editora Praxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho. v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? In: **Serviço Social e Sociedade**. N. 107. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O caracol e a sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

AQUINO, Isaura Gomes De Carvalho; OLIVEIRA, Lúria Rezende De; SILVA Aline Pereira Ribeiro. O trabalho do assistente social: uma análise das relações e processos de trabalho. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, Lisboa: CPIHTS, 2000.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Gestão: planejamento e administração. In: **Temporalis**. Ano 4. n. 8. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1981.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BARROCO, Maria Lucia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético político do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e sociedade**. n 79. ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS/ABEPSS (orgs). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília:CFESS, ABEPSS, 2009.

BARROS, Priscilla Cordeiro Cruz de. Assistentes sociais em cargos de gestão: um convite à reflexão. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016.

BATISTA, Erika. **Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades**. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A nova condição da política social. In: **Revista Em Pauta**. n. 10. Rio de Janeiro, 1993.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

BENEVIDES, Geis De Oliveira. Gestão em serviço social: fundamentos teóricos para a reflexão sobre gestão e formação profissional. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

BRAGA, Iracilda Alves; MOTA, Ana Elizabete Fiuza Simões da. Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): trabalho profissional e relativa autonomia. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016.

BRASIL. O Trabalho e os Trabalhadores do suas: o enfrentamento necessário na assistência social. In: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição Necessária. Brasília, DF: MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/RH)**. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF: MDS/SNAS/PNAS, 2004.

_____. Presidência da República. Lei 8.662. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 7 de junho de 1993.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF, 1993.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988.

BRAVO, Maria Inês. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In: **Serviço Social direitos e competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Revista Inscrita Projeto ético-político**. n.10. v.7. Brasília, CFESS, 2007.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: **Gestão Social - uma questão em debate**. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.

CARVALHO, Ricardo Augusto Alves. Novas tecnologias de gestão- NTGs. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2011.

_____. Resolução nº 273/93. **Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. 13 de março de 1993.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. In: **Revista Comunicação e Informação**. v. 15. n. 2. 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CLOSS, Thaísa Teixeira. Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área. 2015. 253 f. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

CORDEIRO, Luisa Fernandes; ÁVILA, Lívia Neves. A captura da subjetividade nos moldes do trabalho. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

COUTO, Berenice Rojas et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **Gestão Social e transformação da sociedade**. 2006.

Disponível em:

<http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/06/Gestao_social_e_transformacao_da_sociedade1.pdf>. Acesso em 31 maio 2018.

FERNANDES, Lígia Da Nóbrega; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário Da Silva. Crise do capital, revesses nas condições de trabalho e nas políticas sociais: assistentes sociais no centro do “tsunami”. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

FERNANDES Rosa Maria Castilhos; BINKOWSKI Sulis Jéssica. **Educação permanente no SUAS : uma análise a partir das reflexões dos sujeitos sociais da política de proteção social não- contributiva no RS : relatório de pesquisa [manuscrito]**. Porto Alegre, 2016.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

FILHO, Rodrigo de Souza; GURGEL, Cláudio. Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica. **Biblioteca Básica do Serviço Social**. v. 7. São Paulo: Cortez, 2016.

FISCHER, Tânia et al. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. In: **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a03v40n5.pdf>>. Acesso em 27 março 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GOMES, A. L. Os conselhos de políticas e de direitos. In: **ESSABEPSS.Capacitação em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais, módulo 4**. Brasília: CEAD, 2000.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 104. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano 20. n 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GURGEL, Cláudio. **A Gerência do Pensamento**. São Paulo: Cortez, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo, Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **CFESS/ABEPSS – Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília - DF, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996.

KNOPP, Liliane Chaves Oliveira. As mudanças no mundo do capital e os processos de feminização do trabalho. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. Debates e Perspectivas. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

LIMA, Jaqueline. **Relatório de estágio curricular em serviço social**. Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. 2017.

LIRA, Izabel Cristina Dias; BARROS, Janaína Carvalho. A formação dos trabalhadores no SUAS: uma dimensão da gestão do trabalho. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016.

MAIA, Marilene. **Práxis da gestão social nas organizações sociais: uma mediação para a cidadania.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS/Faculdade de Serviço Social, 2005.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN Erica Bonfim. O ensino da gestão social: Concepção e operacionalização na formação dos assistentes sociais na região sul do Brasil. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS.** Olinda - PE, 2016.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Iniciação à Teoria Econômica Marxista.** Lisboa: Antídoto, 1978.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro 1. Tradução: Reginaldo Sant'anna – 34. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Karl. Manuscritos Econômicos- Filosóficos de 1844 - Trabalho alienado, propriedade materialista e Teses sobre Feuerbach. In **O leitor de Marx,** 2012.

_____. Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I – **O Processo de Produção do Capital.** Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I. V. 1. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Karl. **Capítulo VI inédito de o capital.** Tradução: Klaus Von Puchen. 2. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

_____. Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Livro, I Vol. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998.

_____. Karl; **O Capital:** Crítica da economia política. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa – São Paulo: Martins Fontes. 1998 – (Clássicos).

MATOS, Maurílio de Castro; BRAVO, Maria Inês de Souza. **Assessoria, Consultoria & Serviço Social.** Editora Cortez, São Paulo, 2006.

MATTOSO, Jorge. E.L. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995.

MIOTO, Regina Célia. Estudos Socioeconômicos. Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS, ABEPSS, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx** (caps. III, IV, V e VI). São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires; PRAÇA, Izadora dos Santos. **Gestão das Políticas Sociais: um olhar para os desafios postos ao serviço social**. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016.

MOTA, Ana Elizabeth. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Jackeline da Silva. **As novas determinações do trabalho do assistente social no SUAS e suas interfaces com a saúde profissional**. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: **Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez editora. 1992.

_____. **Democracia e transição socialista**. BH: Oficina de Livros, 1990.

_____. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, Ângela Vieira. **Controles democráticos, participação e clientelismo: representação da sociedade civil no conselho de Assistência Social**. In: **Revista de Políticas Públicas**. v.16. n.1. São Luís, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada**. Ciências Sociais Unisinos, vol. 43. n. 1. 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Clara Vaz. **A estratégia de descentralização das políticas públicas e os impactos sobre o serviço social**. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís - Ma, 2005.

PERES Gislaíne Alves Liporoni; ALVES, André Luis Centofante. O município e a gestão descentralizada e participativa da política de assistência social. In: **Serviço Social & Realidade**. v. 18. n. 1. FRANCA, 2009.

PESSANHA, Maria de Fátima Valentim. Trabalho, assistência social e projeto ético-político. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016.

PRAÇA, Izadora Dos Santos. Assistentes sociais na condição de gestores da política de assistência social: as considerações acerca do projeto de dissertação. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.

_____. **Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político**. Dissertação de Mestrado. FSS/PUCRS, Porto Alegre, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Fundação de Assistência Social e Cidadania**. Apresentação. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

RAICHELIS, Raquel et al. Serviço social na divisão sócio-técnica do trabalho: notas sobre os fundamentos do trabalho profissional. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 107. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. In: **Serviço Social e Sociedade**. n 104. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Assistência Social e Esfera Pública: os conselhos no exercício do controle social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SALGADO, Rayoni Ralfh Silva Pereira. Gestão de serviços sociais: novas competências profissionais? In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. Cortez: São Paulo, 2010.

SANTA'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. n.63. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Elton Moura. Categoria trabalho e “questão social” na constituição do serviço social como profissão: alguns apontamentos. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: O trabalho do assistente social e as Políticas Sociais**. Brasília: CEAD, 1999.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMÕES, Nanci Lagioto Hespanhol. **Autonomia Profissional X Trabalho Assalariado: exercício profissional do assistente social**. Dissertação de mestrado: UFJF. 2012.

SILVA, Pâmela Santos da. A categoria trabalho na formação profissional do assistente social: considerações sobre os fundamentos das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

SOUSA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Departamento de Serviço Social e do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. In: Revista Emancipação. v. 8. n1. Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG, 2008.

SOUZA, Najila Thomaz de. A precarização do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): elementos para o debate. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS)**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/11.pdf>> Acesso em: 12 abril 2018.

VALLE, Karla Fernandes; LEITE, Janete Luzia; FERREIRA, Gabriela Perrut. Transformações do mundo do trabalho e serviço social: desafios para o assistente social em espaços sócio-ocupacionais reestruturados. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

VASCONCELOS, Ana Maria. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. In **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez/OPAS/OMS/Ministério da Saúde, 2006.

VIDAL, Karina Caputti; FONSECA Kely Hapuque Cunha. O trabalho em Marx: uma categoria fundante do ser social. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016a.

VIDAL, Karina Caputti; FONSECA Kely Hapuque Cunha. A questão do método no serviço social: reflexões acerca da inserção do (a) assistente social na divisão social e técnica do trabalho. In: **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. Olinda - PE, 2016b.

WALHERS, Maicow Lucas Santos. Trabalho e processos de trabalho: uma análise a partir da teoria social crítica. In: **XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social - ENPESS**. Ribeirão Preto - São Paulo, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. A assistência social: história e perspectivas. In: **Serviço Social & Sociedade**. N. 85. São Paulo: Cortez, 2006.